

ANNO I

LVSITANIA

N.º 5

REVISTA CATHOLICA MENSAL

COM APPROVAÇÃO DA AUCTORIDADE ECCLESIASTICA

Porto, 1 de Maio de 1914

DIRECTOR

EDITOR

Dr. Francisco de Sousa Gomes Velloso

Dr. Manoel Gonçalves Cerejeira

ASSISTENTE ECCLESIASTICO

Dr. Ferreira Pinto

PRÓPRIEDADE DA COMPANHIA PORTUGUESA EDITORA

SVMARIO

O Seminario do Porto, A. Ferreira Pinto. — Claud Bernard, Agostinho Coutinho. — A juventude e a incredulidade contemporanea, Manoel Cerejeira Gomes. — Estudos historicos, Silvio Péllico d'Oliveira. — A moral "republicana", da Revolução Françeza, Emilio Huos. — O problema escolar em Portugal, Francisco Velloso. — Chronica do movimento social, J. d'Almeida Correia. — Chronica do mez, João de Castro.

PREÇO

Numero avulso.	150 reis
Por assignatura seis mezes.	750 »
um anno	1\$500 »

Todos os pedidos devem ser dirigidos á COMPANHIA PORTUGUESA EDITORA
(SECCÃO RELIGIOSA) Rua da Fabrica, 13 — PORTO

Collaboradores da LUSITANIA

D. Antonio Barroso, D. Antonio Barbosa Leão, D. Augusto Eduardo Nunes, D. Manoel Vieira de Mattos, Dr. Ferreira da Silva, Dr. Antonio Garcia de Vasconcellos, Dr. Pacheco d'Amorim, Dr. Correia Pinto, Dr. Lino Netto, Dr. Domingos Pinto Coelho, João Franco Monteiro, Dr. Elias d'Aguiar, Dr. Agostinho de Jesus e Souza, Dr. Antonio Bento Martins Junior, D. José d'Azevedo e Menezes, Dr. Antonio Jorge d'Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, Dr. Mendes dos Santos, Dr. Santos Motta, Dr. Antonio a'Oliveira Salazar, Padre Guimarães Dias, Dr. Silvio Péllico, Mons. Domingues Máziz, Dr. Almeida Correia, Dr. Gonçalves Cerejeira, Dr. Castro Meirelles, Dr. João Ramos de Castro, Dr. João Cavaco, Dr. Pinheiro Torres, Dr. Agostinho Coutinho, Dr. Manoel Pereira dos Reis, Dr. Juvenal d'Araujo, Gomes Leal, José Agostinho, Visconde de Castilho, Padre Nestor Serafim Gomes, Dr. Fortunato d'Almeida, Dr. Ruella Ramos, Dr. Ferreira Pinto, Dr. Crispiniano da Costa, Conego Dr. Antonio Bernardo da Silva, Dr. Antonio de Carvalho e Dr. Arthur Bivar, Dr. Cunha Barbosa, Dr. Leite de Faria, etc.

Historia da Igreja em Portugal

POR

Fortunato de Almeida

Bacharel formado em Direito, Professor do Lyceu de Coimbra,
Socio do Instituto da mesma cidade, da Sociedade de Geographia de Lisboa,
e da Sociedade Portugueza de Estudos Historicos

Volumes publicados

Tomo I — Desde as origens do christianismo na peninsula até á morte de D. Diniz (1325). Um volume de 800 pag., 2\$500 reis. — **Tomo II** — Desde a aclamação de D. Affonso IV até á morte de D. João II (1325-1495). Um volume de 812 pag., 2\$500 reis.

Em publicação

Tomo III — Desde a aclamação de D. Manoel I até á morte de D. João V (1415-1750). Dois volumes. Estão publicados sete fasciculos. — **Tomo IV** — Desde a aclamação de D. José I até á proclamação da republica (1710-1910). Um volume. — **Tomo V** — Os acontecimentos no tempo da republica. Um volume illustrado com grande numero de photographuras, e com muitos documentos.

Cada fasciculo de 80 pag., 250 reis. A cobrança é feita pelo correio, por grupos de dois fasciculos, depois de distribuidos.

Toda a correspondencia deve ser dirigida á

IMPRENSA ACADEMICA 157, R. da Sophia
— COIMBRA —

LUSITANIA

REVISTA CATHOLICA MENSAL

Com a approvação da Auctoridade Ecclesiastica

ANNO I

N.º 5

PORTO, 1 DE MAIO DE 1914

Director e Proprietario:
Dr. Francisco de Sousa Gomes Velloso
Editor:
Dr. Manoel Gonçalves Cerejeira

Redacção:
Rua da Cancellia Velha, 70 — PORTO
Typ. Teixeira — Mario Antunes Leitão
Rua da Cancellia Velha, 70

O Seminario do Porto ¹

II

Resumo: — O seminario junto á Cathedral, origem da casa e fases da sua posse; uma pequena e velha casa em troca de um grande edificio; primeiras obras e relatorio de D. Americo; as reformas e augmentos do illustre purpurado e do seu successor. Nunca o Estado concedeu o mais insignificante subsidio. Habilitações para as ordens; o que consta das constituições e dos processos archivados. Curso do Seminario de Santo Antonio, interrupção durante a guerra civil e ainda posteriormente; curso biennal e triennal.

*
* * *

Em 1560 esteve no Porto Francisco de Borgia a quem o bispo D. Rodrigo Pinheiro pediu dois padres para

¹ Continuado da pag. 151. Na pag. 146 deve lêr-se *ecuménico* e não *economico*.

virem doutrinar o povo. Satisfeito o pedido, estabeleceram a sua residencia na Ribeira, d'onde saíam todos os dias acompanhados d'um servente. Parando nas ruas e logares principaes, mandavam tocar uma campainha para chamar o povo, sentavam-se e ensinavam os assistentes. A cidade reconhecendo estes serviços e sobretudo reconhecida pelos beneficios prestados aos doentes dos hospitaes e aos presos das cadeias, deu-lhes agua e mil cruzados.

Mais tarde foi arbitrada a quantia de 600\$000 reis, visto terem no seu collegio aulas de grammatica, rethorica, phylosophia e theologia.

Desde 1577 estavam junto á Sé Cathedral e d'aqui foram expulsos no tempo de D. José. Com esta expulsão passou o collegio de S. Lourenço a ser propriedade da Universidade de Coimbra. Pouco depois quizeram os religiosos descalços de Santo Agostinho possuir uma casa no Porto, entraram em negociações com a Universidade e adquiriram-n'a em 1780. Aqui se estabeleceram e foram logo chamados *Grilos* (nome que ainda hoje é dado ao local), porque possuíam e vinham do mosteiro do Grilo, em Lisboa. Tiveram aulas publicas e gratuitas que funcionaram até 1832. Durante a guerra civil serviu a casa de quartel ao batalhão academico; no fim da guerra estava em máu estado, excepto a igreja que soffreu pequenos estragos.

Destruído o seminario de Santo Antonio e abandonado o convento e a igreja de S. Lourenço, Fr. Manoel de Santa Ignez, recordando-se com saudades do tempo aqui passado e consagrando ainda grande amor ao seu arruinado convento, empregou todo o seu zelo e repetidas instancias para não ser incluído na arrematação dos bens ecclesiasticos. Conseguiu ser attendido e que D. Pedro, em 2 de abril de 1834, lhe concedesse o referido convento de S. Lourenço para seminario diocesano. *Era apenas uma insignificante compensação.* Em troca de uma casa grande, nova, construída expressamente para seminario

e com excellente posição, ficava a diocese com uma outra já velha, pequena e em mau local.

Tristes efeitos de uma guerra civil. Mas estes não ficaram por aqui. Cortadas as relações com a Santa Sé, dispersos os pastores de algumas igrejas e viuvias outras, gastas as energias e ainda devido a outras circumstancias, nada se fez em favor dos seminarios durante alguns annos. Por este modo a primeira obra no collegio de S. Lourenço fez-se só desde junho a novembro de 1853, importando em 900\$000 reis, quantia esta que foi gasta em armação e telha. Em julho de 1854 foi apresentado um orçamento para diversas obras na importancia de 5:610\$000 reis.

D. Antonio da Fonseca Moniz chegou a comprar dois predios no Largo do Açougue ¹, que mandou demolir, para ahí começar a construir o Seminario ou uma casa que servisse de lyceu e onde os seminaristas iriam ás aulas. O engenheiro Miguel Maciel traçou a planta para tal fim, a qual foi approvada em abril de 1859. Infelizmente, a 4 de dezembro d'este mesmo anno morre o Prelado e fica sem execução o seu plano. Desde esta data até á posse do snr. D. Americo não se realisa obra alguma importante. Do relatorio enviado por sua Eminencia ao Governo em 1872, extrahimos as seguintes notas: «O virtuoso successor de D. Antonio e meu predecessor D. João de França foi o primeiro que abriu as aulas e admittiu alguns alumnos internos. Infelizmente, porém, convencido de que eram irremediaveis as más condições hygienicas e pessimo o local do Seminario, julgou ser despeza infructifera qualquer melhoramento que não fosse rigorosamente indispensavel, e finalmente a longa mas sempre incerta vagatura da cadeira episcopal impediram o digno Vigario Capitular de encetar obras que entendeu serem mais da competencia do Prelado effectivo e menos de uma auctoridade interina». O snr. D. Americo depois de ter estudado as reformas a fazer no seu Seminario, foi au-

¹ E' um pequeno largo em frente da actual sahida do Seminario.

ctorisado, em successivas portarias de 18 de março de 1873, 19 de novembro de 1874, 21 de janeiro e 16 de dezembro de 1876, a gastar a quantia de 16:642\$000 reis que *adeantou do seu bolso*, recebendo esta importancia do cofre da Bulla, em prestações annuaes de 1:500\$000 reis.

D'este modo augmentou o numero de quartos, construiu refeitório, cosinha, quarto de banho e outras dependencias e tudo isto *sem receber um ceítel do Estado*.

Em 1894, augmentou o Seminario, custando esta obra 14:369\$000 reis para a qual contribuiu com 7:600\$000 reis. *Do Estado recebeu apenas palavras de merecido elogio e nada mais*, e o resto foi custeado com um subsidio da Bulla, alguns pequenos saldos e esmolas dos fieis.

Em 1906 emprehendeu o exc.^{mo} snr. D. Antonio Barroso a construcção de uma livraria e outras dependencias, que vieram modificar consideravelmente a entrada do Seminario. Fez-se esta obra em 1908, custou mais de 12:000\$000 reis e *o Estado não contribuiu com a minima quantia e até da Bulla nem o Seminario recebeu todos os subsidios promettidos*.

D'este modo a diocese do Porto deve apenas *aos bens de fortuna do snr. Cardeal, ao cuidado e economia dos seus bispos e á generosidade dos fieis* o edificio do Seminario de Nossa Senhora da Conceição.

Nunca dos cofres do Estado sahiu o minimo subsidio para obras tão importantes como as que n'esta casa se fizeram.

Justo é, pois, que ninguem ignore tudo isto para que n'um brado unisono todos possam clamar: *Esta casa, assim construida com as esmolas dos fieis e destinada aos filhos do povo e na sua maioria pobres, não deve ser desviada do seu fim.*

*

* *

Vejamos agora as habilitações litterarias para as ordens. O leitor deve estar recordado do papel que no con-

cilio provincial de Braga desempenhou o representante do cabido e do clero do Porto. Não merece elogios e a imparcialidade exige que se condemne a appellação formulada perante o concilio. Tristes ideias as de uma época em que o clero se oppõe á fundação d'um seminario. Infelizmente essa época alongou-se bastante, porque, mais de um seculo decorrido, reuniu-se o concilio diocesano do Porto e ahi nada se encontra que traduza qualquer esforço em favor da formação do clero. E' n'esse concilio realisado em maio de 1687 que se promulgam as *Constituições diocesanas*. N'estas ¹, sobre o sacramento da ordem, exigia-se como habilitação litteraria o conhecimento da *doutrina christã, latim, moral, reza e canto*, cujo exame seria com maior ou menor rigor, segundo o grau da ordem.

Os exames eram feitos pelo Provisor e Vigario Geral e outras pessoas doutas e religiosas da nomeação do bispo.

Do estudo dos processos archivados na camara ecclesiastica e que dizem respeito ás ordenações nos seculos xvii e xviii vê-se que aos ordinandos não se exigia curso algum regular. Se exceptuarmos as habilitações litterarias ministradas nas faculdades de theologia e canones da Universidade de Coimbra, de nenhuma outras fazem menção os processos das referidas épocas.

No fim do seculo xvii e principio do xviii, eram feitos os exames ordenados nas Constituições perante os priores das ordens religiosas e com mais frequencia perante os Padres da Companhia no Porto e em Coimbra para aquelles que frequentavam a Universidade.

Pelo meado do seculo xviii os ordinandos eram quasi todos examinados nos conventos de S. Domingos e S. Francisco.

No fim d'este mesmo seculo, os exames, na sua maioria, realisam-se na Congregação do Oratório e simultanea-

¹ Liv. I, tit. 8, Const. I, II, III.

mente os ordinandos de Presbytero faziam os exames de *confessor e cura d'almas* ¹.

Poucos ordinandos eram examinados pelos Presbyteros seculares; mas, quando isto se dava, faziam-se perante o cabido em meza ². No principio do seculo XIX os exames realisavam-se, geralmente, perante o bispo D. Antonio São José e Castro ³.

Depois da fundação do seminario de S. Antonio ainda muitos exames se realisaram com as ordens regulares e sobretudo na citada congregação do Oratorio, sendo, porém, a maior parte perante o pessoal do seminario ou outro escolhido pelo Prelado, *mas com informação de frequencia* ⁴.

Vejamos agora as disciplinas professadas no seminario de S. Antonio e ainda posteriormente.

O § VI do alvará de 10 de maio de 1805 determinava que nos seminarios houvesse um curso de *tres annos de estudos theologicos*, o qual devia constar de lições de Escripura, do dogma, da moral evangelica, da historia e disciplina geral e particular da Igreja, o qual seria regulado na conformidade dos estudos theologicos e canonicos da Universidade e acompanhados de instruções practicas do catecismo, de explicações do evangelho, da forma

¹ Nos processos: « Examinado e aprovado de latim e moral para Presbytero, confessor e cura d'almas por 3 annos com louvor, Porto e congregação do Oratorio, 11 de dezembro de 1785. »

² « Examinado em Cabido... »

« Examinado em meza capitular ».

³ « Por estar examinado e aprovado na nossa presença para a ordem de... O Il. Rev. Dr. Promotor mandará proceder ás diligencias do estylo. »

⁴ « Será o supplicante admitido a exame para a ordem de Presbytero, mas ainda que seja aprovado terá de frequentar no anno seguinte a aula de historia eclesiastica e instituições canonicas. »

« Será o supplicante admitido a exame o ponto é que nelle se porte com distincção como na frequencia... »

« Frequentou theologia dogmatica e moral e tem 3 annos de seminario... »

da administração dos sacramentos, da pratica dos ritos e cerimoniaes da Igreja e de todos os conhecimentos necessarios ao clero.

Outras disposições importantes contem ainda o referido Alvará que, com certeza, influiram no espirito e resoluções tomadas pelo bispo fundador do seminario. Este, depois de ter dado preceitos relativos aos preparatorios, dizia nos estatutos: « julgamos necessarios dois annos para o estudo das instituições canonicas, logares theologicos e historia ecclesiastica e outros dois para a theologia dogmatica e moral e para a exposição da sagrada escriptura. Mas entretanto deverá ir sempre continuando no seminario a aula, que temos de theologia moral ».

Dispoz tambem o fundador que os seminaristas aprendessem o cantochão, liturgia e cerimoniaes, exercitando-se em tudo isto na igreja do seminario. Começava o anno lectivo no primeiro de outubro e terminava no fim de maio.

Infelizmente, todas estas e outras boas disposições duraram pouco tempo, porque a guerra civil trouxe consequencias bem tristes para todos. Na vida economica, litteraria, civil e religiosa a desorganisação foi completa.

Sómente pelo decreto de 17 de novembro de 1836 apparecem as primeiras providencias sobre a instrucção secundaria, não esquecendo os candidatôs ao sacerdocio. E assim dispunha o legislador pelo art. 70 do citado decreto: « Em cada um dos lyceus haverá uma classe de estudos ecclesiasticos, que comprehenderá as disciplinas que, além dos estudos geraes do estabelecimento, são privativas e indispensaveis ao ministerio parochial.

Esta classe constará de duas cadeiras: o programma das disciplinas, de que devem constar, será immediatamente redigido pela faculdade de theologia; e, approvedo pelo governo, entrará logo em execução ».

Outras disposições importantes continha o citado decreto e que omitimos aqui para abreviar este artigo. Entretanto a faculdade de theologia organisa o programma, apresentando-o em 2 de dezembro de 1839. Tal é toda a bagagem theologica do tempo. E' pouca e esta mesma organisaada e promovida pelo Estado que, pelas provi-

dencias citadas e ainda pela nomeação d'uma comissão em 27 de julho de 1839 para elaborar um projecto sobre seminarios ecclesiasticos, mostra vivo interesse em promover a formação clero. Viam bem os legisladores e politicos saídos da revolução que no clero podiam encontrar os melhores collaboradores. Mas vejamos o que sobre isto escreveu o insuspeito Barjona de Freitas, na portaria de 30 de outubro de 1866 :

« A instrucção e educação moral dos que se destinam á vida ecclesiastica é, d'entre os muitos e variados objectos affectos aos cuidados da governação publica, um dos mais graves e importantes. Os poderes publicos velando com toda a sollicitude pela cultura intellectual e gravidade de costumes dos aspirantes ao ministerio da Igreja, não só promovem a nobilitação do sacerdocio e lhe carêam o respeito e veneração que a sua dignidade exige, mas preparam resultados eminentemente beneficos para a reforma do individuo, da familia e da sociedade. Os fructos mais preciosos da moderna civilisação, em grande parte, são devidos á influencia do Evangelho e o espirito d'esta revelação sublime inocular-se-ha mais facilmente no animo do homem, quando o sacerdote erudito e virtuoso fôr o interprete da doutrina e maximas christãs e edificar o povo simultaneamente com a palavra e com o exemplo. Inspiradas n'estas ideias as administrações que se tem succedido á frente dos negócios publicos interessaram-se cuidadosamente na preparação intellectual e moral dos que se votavam ao serviço da igreja... »

Em 1840 ainda não estava definitivamente organizado o lyceu do Porto e portanto não funcionavam as cadeiras creadas pelo decreto de 1836. N'estas circumstancias o bispo eleito representou ao governo sobre a necessidade de abrir as duas cadeiras para instrucção do clero e ao mesmo tempo offercia casa para as aulas, resolvendo assim uma difficuldade importante.

A resposta não se demorou e, em 24 de outubro de

1840, Rodrigo da Fonseca Magalhães mandava abrir provisoriamente as duas cadeiras de dogmatica e moral, propondo o bispo dois ecclesiasticos de reconhecida aptidão moral e litteraria para o provimento das ditas cadeiras, devendo os professores, que fossem providos, vencer pela folha do lyceu o ordenado estabelecido para os outros professores d'aquelle estabelecimento.

A proposta indicou *Antonio Roberto Jorge e Balthasar Velloso de Sequeira*. Ambos foram nomeados e considerados como professores do lyceu, recebendo os ordenados pela folha d'este estabelecimento e as aulas começaram a funcionar no Paço Episcopal, passando, mais tarde para o Seminario.

Com as aulas de moral e dogmatica, em curso bienal, ficou a diocese do Porto, durante muitos annos.

Verdade é que o decreto de 20 de setembro de 1844, reorganizando os estudos Universitarios, *creou o curso triennial de sciencias ecclesiasticas com dispensa do pagamento das propinas*, mas poucos ordinandos se aproveitaram d'esta disposição.

Desde 1832 até 1837 estiveram interrompidas as ordenações. Quando recommçaram, ordenaram-se muitos com as habilitações recebidas no Seminario antes do encerramento; mais tarde, com as habilitações e frequencia das duas referidas cadeiras e ainda alguns se ordenaram com simples attestados particulares passados por presbyteros benemeritos que na diocese leccionavam theologia, preparando assim candidatos ao Sacerdocio.

O decreto de 28 de abril de 1845 estabeleceu o curso triennial e um programma que não pôde ser considerado deficiente. Na diocese do Porto este não teve effeito algum e continuaram apenas as duas cadeiras. Em agosto de 1859 é publicado o decreto pelo qual o Governo destina alguns canonicatos a ecclesiasticos habilitados e que se obriguem ao ensino da theologia e novamente insta com os Prelados para que organisem os cursos triennais, que não deviam ter menos de 8 cadeiras.

Em 26 de maio de 1860 é dirigida uma portaria ao Vigario Capitular do Porto instando pela organização do

Seminario e lembrando que pela fixação do quadro Capitular haverá 4 conegos com onus de ensino e portanto que a verba destinada a estes professores poderá ser applicada para ordenado de outros. O Vigario Capitular respondeu, em 30 de agosto, affirmando que para o anno lectivo de 1861-1862 haveria 4 professores e que o curso seria triennial com 2 cadeiras em cada anno.

Em 4 de outubro de 1865 por intermedio do director geral Freitas Branco o governo apresentou um plano do curso triennial com nove cadeiras, sendo 3 diarias e as restantes alternadas, bastando para a sua regencia 6 professores. Em 15 de novembro de 1866 reune o primeiro conselho dos professores do Seminario ao qual assistiram Roberto Jorge, José Simões Gomes, João Alvares de Moura, Manoel Filipe Coelho, Antonio Alves Mendes e faltando apenas o professor Baltasar Veloso de Sequeira.

A este conselho enviou D. João de França o primeiro regulamento para as aulas com data de 12 de outubro do referido anno e o curso ficou assim organizado:

1.º anno: Historia e exegetica; 2.º pastoral e dogma; 3.º moral e direito canonico.

Até aqui todas as mudanças e cadeiras novas são iniciativas do poder civil que desejava ver os seminarios bem organizados; a partir de 1872 todas as iniciativas são do illustre bispo do Porto com plena satisfação e approvação dos successivos governos. «*Vae encontrar males muito inveterados para os poder extirpar; já que, porém, não é possivel corrigir o passado, prepare no Seminário um futuro melhor para esta diocese que bem o merece.*»

«*Attente no seu Seminário; dê-lhe o impulso que uma diocese d'estas reclama e até onde a acção do Governo chegar e fôr preciso cõte com o auxilio d'elle.*»

Estas palavras proferidas pelo glorioso Prelado no anno escolar de 1875 a 1876 traduzem a anciedade com que todos esperavam o reformador do Seminario. O sr. D. Americo presidiu ao primeiro conselho dos professores em 4 de outubro de 1871. Não tomou medida alguma e o novo anno escolar vae começar e continuar como os anteriores. E vae correr como os anteriores, porque é preciso conhe-

cer e examinar o seu andamento; é necessario sondar, com perspicacia, o que deve conservar-se e o que tem de ser reprovado ou transformado; é preciso preparar um programma e todos os elementos para a sua execução.

Só assim se pôde fazer uma reforma efficaz e foi com este criterio que o sr. D. Americo em 3 de junho de 1872 apresentou o seu plano ao conselho para que este o discutisse e apreciasse largamente. São assim os espiritos superiores. Desconfiados de si e modestos, não receiam entregar á critica dos outros aquillo que maduramente e prudentemente estudaram e emprehenderam. Durou este trabalho ainda alguns mezes e a 17 de novembro de 1872 enviou o sr. D. Americo um relatorio completo ao governo e que é um documento digno de estudo e meditação.

O curso triennial ficou assim organizado: 1.º anno: Historia sagrada e ecclesiastica e theologia dogmatica geral; 2.º: theologia dogmatica especial, principios de direito natural e theologia moral, direito canonico; 3.º: continuação da theologia moral, sacramental, pastoral e eloquencia sagrada.

Tal é ainda a organização actual.

(CONTINÚA).

A. FERREIRA PINTO.

CLAUD BERNARD

Celebrou, no anno passado, o mundo scientifico o primeiro centenario do nascimento d'este homem, uma das maiores figuras da sciencia.

Nasceu Claud Bernard, em 1813, em uma pequena aldeia do Reno, de uma familia modesta e pobre.

O Parocho d'esta aldeia, impressionado pela intelligencia e faculdades de trabalho do joven Claud, ensinou-lhe os rudimentos de latim e fê-lo internar no collegio de Villefranche. D'aqui foi para Lyon como ajudante de uma pharmacia e ahi começou a dedicar-se ao teatro e escreveu a « Rosa do Reno » representada em Lyon.

Foi depois para Paris, julgando ter um grande successo no teatro, mas o grande artista Girardin aconselhou-o a que se dedicasse a outro modo de vida sobretudo depois do insuccesso da tragedia em seis actos « Arthur da Bretanha ».

Dedicou-se então á Medicina, saindo doutor em 1843.

No anno seguinte foi mal succedido no concurso a agregado da Faculdade de Medicina.

Desanimado e falta de meios abriu um curso particular que não lhe rendeu grande coisa.

No entanto, protegido por Magendie, conseguiu substitui-lo no Colegio de França, em 1847.

Começam então os seus trabalhos notaveis, descobrindo a função glycogenica do figado e é nomeado, em 1854, membro da Academia das Sciencias de França e professor na Sorbone.

Tornou-se durante 14 annos muito conhecido, até que um dia, abordado por Napoleão III em um baile sobre o assunto da physiologia geral, encantou o imperador que o fazia assentar no Senado em 1868, sendo tambem eleito nessa occasião membro da Academia Francesa, na vaga de Flourens.

Continuou os seus trabalhos, vindo a morrer em 1878, estando a governar Gambetta que fez votar, sob aplausos unanimes do parlamento, exequias nacionais.

A obra scientifica de Claud Bernard foi consideravel. — As pesquisas sobre o Calor animal, o Curara, as Funcções do pancreas, o Oxydo de Carbono, o Suco intestinal, o Nervos espinal, a Sensibilidade recorrente e a Corda do timpano foram de um progresso enorme para a fisiologia; mas o que tornou Claud Bernard imortal foi a sua introdução á medicina experimental, onde expõe claramente a significação do determinismo scientifico e as regras da critica experimental.

Passo a transcrever algumas passagens por onde bem se pode ver como se enganam os que pretendem fazer da sciencia a religião do futuro; e que os nossos conhecimentos têm um limite.

— A natureza do nosso espirito leva-nos a indagar a *essencia* ou o *porquê* das coisas. Nisto visamos mais longe do que o fim que nos é dado attingir, porque a experiencia nos ensina logo que não podemos ir alem do *como*. Quando por uma analyse encontramos a causa proxima dum fenomeno, determinando as condições e circumstancias em que elle se manifesta, está attingido o fim scientifico alem do qual não podemos passar.

Quando sabemos que a agua e as suas propriedades resultam da combinação do oxygenio e do hydrogenio em determinadas proporções, sabemos tudo o que é possível saber-se a este respeito, e isto corresponde ao *como* e não ao *porquê* das coisas.

Sabemos como se pode formar a agua; mas porque é que a combinação de um volume d'oxigenio com dois volumes de hydrogenio formam agua? Disso nada sabemos.

Já Molière se ria quando o medico perguntava ao discipulo porque é que o opio fazia dormir, tendo como resposta — que era « porque possuia a virtude dormitiva ».

Esta resposta jocosa era, no entanto, a unica digna. A questão do *porquê* é pois absurda.

Na verdade, estabelecido o determinismo relativo de um fenomeno, foi attingido o fim scientifico.

A condição de existencia de um fenomeno nada nos diz sobre a sua natureza.

Quando sabemos que o contacto physico e quimico do sangue com os elementos nervosos cerebraes é necessário para a produção dos phenomenos intellectuaes, isto nada nos diz sobre a natureza da intelligencia. Da mesma forma quando sabemos que o attrite e as acções quimicas produzem a electricidade, isto indica

nos as condições do phenomeno, mas nada nos diz sobre a natureza da electricidade. E' preciso acabar por uma vez com a differença, que costuma estabelecer-se entre os phenomenos dos corpos vivos e os phenomenos dos corpos brutos, fundada em que se pode conhecer a natureza dos primeiros e que se não conhece nem poderá conhecer a natureza dos segundos.

O que é verdade é que a natureza ou a propria essencia de todos os phenomenos quer sejam vitaes quer mineraes, nos ficará sempre desconhecida.

A essencia do phenomeno mineral o mais simples é tão completamente ignorada do quimico ou do physico, como o é para o physiologista a essencia dos phenomenos intellectuaes ou de um outro phenomeno vital qualquer.

O conhecimento da natureza intima ou do absoluto, no phenomeno o mais simples, exigiria o conhecimento de todo o universo, porque é evidente que um phenomeno do universo é apenas uma irradiação deste universo na harmonia do qual êle entra por sua parte.

A verdade absoluta, nos corpos vivos, seria ainda mais difficil de atingir; porque, alem de supôr o conhecimento de todo o universo exterior ao corpo vivo, exigiria tambem o conhecimento completo do organismo que forma por si só um pequeno mundo (microcosmos) no universo (macrocosmos).

O nosso sentimento leva-nos a julgar, á primeira vista, que a verdade absoluta deve ser do nosso dominio; mas o estudo tira-nos, pouco a pouco, estas pretensões quimericas. A sciencia tem precisamente o privilegio de nos ensinar o que ignoramos, substituindo o sentimento pela razão e pela experiencia, mostrando claramente o limite dos nossos actuaes conhecimentos. Mas por uma maravilhosa compensação, á medida que a sciencia abate assim o nosso orgulho, ela aumenta o nosso poder, dando-nos os meios de guiar e intervir em muitos phenomenos ».

Para terminar este artigo sobre Claud Bernard apenas citarei uma frase do grande therapeuta Manquat: Claud Bernard e Pasteur fizeram avançar mais a therapeutica nas ultimas dezenas de anos, do que ela tinha avançado nos vinte e dois seculos que decorreram de Hipocrates até êles.

Vizeu — março de 1914.

AGOSTINHO COUTINHO,

Médico.

A juventude e a incredulidade contemporanea ¹

INQUERITO

O que incumbe á juventude ante este terrivel problema?

Eliminar a Religião por ter cabido ás paixões a victoria no combate entre o que S. Paulo chama o homem animal e o homem espiritual, ou blindar-se d'uma couraça invulneravel ao contagio da podridão, e atravessar, resguardado por ella, a atmospherá adulterada do mundo de hoje?

Repudiar a Religião por não a sabêr explicar de prompto, repelli-la por os seus escaninhos serem multiplos e intrincados, uns avantajando-se aos outros em complexidade, relega-la por as tubas d'uma pretenciosa sciencia, harengarem que a fé se oppõe á razão, ou examinar as objecções allegadas, inspeccionar as affirmações altamente erguidas, procurando a verdade sem tibiezas nem preconceitos?

Indubitavelmente que o dever do analysta probo e do investigador consciencioso, é ir até ao âmago dos factos, destrinçar-lhes as causas serenamente, com uma firmeza obstinada e imparcial.

Porque a nossa doutrina é guerreada por uma outra, isto não representa motivo bastante para negarmos a nossa e lançarmo-nos nos braços da outra.

Negar para ter sómente o rotulo de atheu, não pôde nem deve satisfazer a uma intelligencia que aspira a indagar a Verdade, embora hoje a negação seja materia cor-

¹ Continuado do n.º 2.

rente e titulo de ufania nas Arcadias de pretensos *renascedores* das letras e dos costumes.

Negar por systema, por preconceito, só pôde convir ao pedantismo intellectual.

Se a incredulidade disputa a primazia ao Christianismo, importa averiguar as vantagens que ella offerece antes que abduquemos do Christianismo.

A razão tem na incredulidade um asylo mais doce do que no Christianismo? A philosophia incredula resolve os problemas da vida melhor do que a philosophia christã?

Varrendo Deus, banindo os dogmas da theologia moral, que resposta nos fica para as crueis interrogações que em toda a parte surgem?

Bradar, como faz a sciencia incredula, que «o homem é um atomo no infinito, joguete d'um poder cego e occulto», não é estrangular a razão em gargalheiras martyrisantes, afunda-la na desordem e no acaso, impedir-lhe que vòe até á idea consoladora do absoluto?

E se a vida não tem objectivo, se é um *fim* em lugar de ser um *meio*, a que veem o mal e a dôr, como explicar este enigma atroz?

Dizer que a Sciencia trará «um futuro de progresso, de liberdade, de bem estar incomparavel, uma idade de ouro», não é apresentar solução para o problema da dôr e do mal actuaes.

«Quem nos dará a força para nos resignarmos ao papel modesto de peoneiros do progresso, de sermos os desherdados da hora presente, para prepararmos aos eleitos de amanhã um mundo de cuja felicidade não participaremos? A abnegação e o desinteresse são cousas muito bonitas, mas, creio que no caso presente, se pede á nossa natureza mais do que ella pôde dar» — escreve Mano.

Demais, se a Sciencia puder um dia extinguir completamente as desigualdades sociaes, fornecer ao homem toda a especie de prazer material, n'esse dia as desigualdades moraes patentear-se-hão mais rudemente e mais torturosamente do que nunca.

E caminharemos nós para um futuro de alegria, de

bem-estar, para essa *idade de ouro* vaticinada pelo optimismo scientifico?

O avanço da incredulidade tem-nos prodigalisado alguma dose de ventura, que nos faça antever um amanhã refulgente de gosos, um mundo sem espinhos nem abrolhos?

Não decididamente; e a inapagavel eloquencia dos factos demonstra bem á sociedade a nenhuma influencia que sobre a marcha social tem a moral laica.

A incredulidade julgou fazer uma moral como «se faz uma sciencia experimental»; Helvetius pediu-o no seu livro *do Espirito*, e os encyclopedistas alliaram os seus brados aos do philosopho.

Kant procurou lançar os prelimináres da tarefa «considerando o dever como axioma». Stuart Mill quiz argamassar-lhe os alicerces «derivando o interesse do egoismo», e pensadores de mais baixo cothurno intentaram firma-la victoriosamente, estabelecendo a moralidade «como um facto».

Mas, a consagração dos principios de Diderot divinizando as paixões, a destruição de toda a crença n'um Arbitro Supremo, a enthronização do *struggle-for-life* entre hosannas calorosos, não se fizeram impunemente.

A intelligencia superior de Flamarion, um principe da astronomia, descarnou vivamente a origem da moral atheia: — «sem um ideal divino não ha consciencia».

E a perspicacia aguda de Morice, um gigante na poesia, sondou bem o amago do tremendo problema: — «a verdadeira vida do homem está na idea que elle tem da vida».

«A ruina da fé — gravou elle n'uma obra brilhante — devia arrastar a ruina do amor. O appetite sensual subsistindo sósinho, trouxe fatalmente o reino da prostituição.

Sim, verdadeiramente o seu reino. De baixo a cima da escala social, desde os ateliers, os cafés-concertos, as *maisons closes*, desde a rua, o cartaz, a photographia, até aos mais sumptuosos theatros, ás mais officiaes exposições de pintura e de esculptura, ás mais brilhantes reuniões do mundo mais elegante, e em todos os paizes

que se dizem civilisados, por toda a parte, hypocrita e mascarada no norte, ou exposta sem véu ao sol do meio-dia, por toda a parte a torpeza sexual reina e nos tyrannisa. Por toda a parte nós respiramos este odôr de morte que exhala a carne viva nutrida das « coisas do tumulto », quando não se purifica por si mesmo, respirando o ar e a luz do mundo superior, espiritual, sobrenatural».

E a certificar estas palavras ainda d'uma alma ardendo em justa revolta, acode a voz eloquente das estatísticas proclamando o augmento veloz da prostituição, sobretudo nas menores, que os estudos de Max Reville e Blasckho dizem ser em numero de 40 %.

As estatísticas mostram tambem, com uma evidencia irrefragavel, o accrescimento espantoso da criminalidade, a diminuição na idade dos criminosos, a reincidencia activada a ponto de tornar o crime um officio, o alastramento pavoroso do suicidio.

E não finda aqui a obra da moral atheia; levada ao acaso, na podridão d'uma alma em ruinas, não podia fructificar-se convenientemente. Necessitava de alajar-se, de estabilisar-se, e foi enroscando-se nas instituições mais sublimes e sagradas, que o seu virus gangrenoso e o seu bacillo destruidor e funesto, se accentuáram penosamente.

A escola formou o primeiro campo de experiencia; — Deus foi arrancado, derrubada a arvore florida das parabolos do Nazareno, sob cuja ramaria os affectos da creança se abrigavam do sol ardente do mal.

Os resultados vieram depressa: — a criminalidade, abriu novos coutos para aninhar as creanças queimadas pelo vicio.

São ainda as estatísticas que denunciam a propagação do crime entre os menores, nos paizes em que a incredulidade triumphante laicizou as escolas.

As publicadas em França quando ministros da Justiça Vallé, Chaumié, Gyt-Dessaigue, incutem pavôr e fazem estremecer de receio.

As chagas que ás vezes rebentam na epiderme da nação gauleza, devem-se ás collecções purulentas das es-

colas laicas; — o apache, typificado em Bonnot, é um fructo do ensino atheu.

A família, porque era uma organização cimentada pelo Christianismo em bases consistentes, e porque o Christianismo concebe o lar como um canteiro perfumado onde não vicejem os cardos agrestes do sensualismo nem medre a herva damninha da podridão animal, a família não escapou á estolida enxada da moral incrívelula.

Reduzido o casamento ás proporções de um méro contracto civil que se firma ou rescinde sem embargos de maior, roubou á família o seu cunho mais augusto, tornou-a em edificio sem alicerces, construido no humus lamacento, á mercê de qualquer intemperie.

Entre nós, a incredulidade dominante machadou tão rudemente a família, que ella não pôde resistir ao golpe, e tombou no lodo com os gemidos abafados das almas crentes.

A estabilidade do vinculo conjugal aboliu-se, porque a lei estipulou para o divorcio causas que se prestam ao dolo e á fraude, como succede á expressa no n.º 4 do art. 4.º — sevícias e injurias graves, — e que pela sua latitude abrangem todo o acto anormal avolumado ao talante de pretensas testemunhas, ou causas que derrancam a sentimentalidade d'um povo, como a do n.º 10 do art. 4.º — a doença contagiosa tornada incuravel — é que abrem uma porta legal á fuga de todo o sacrificio de toda a abnegação, e até do mais logico e racional dever.

Pois, não será logico e racional o dever que incide sobre qualquer conjuge de permanecer ligado ao outro, quando este seja acomettido de doença contagiosa reconhecida como incuravel ?

Esta enfermidade não existia á dacta de contrahirem o casamento, porque a lei veda o casamento a pessoas atacadas de taes molestias; surgiu durante a vida conjugal, e é, por isso, uma angustia que incumbe supportar como de bom grado se supportam o prazer e a felicidade.

Ou será o casamento uma instituição puramente destinada a conferir ventura, não cahindo sob a alçada do

*

velho axioma: « o soffrimento é condição inevitavel da existencia humana ? »

E qual é o principio que legitima ante uma razão lúcida, a conducta de um esposo que abandona o leito onde solta gemidos cruciantes o outro esposo, que foi alegre e jovial, que innundou o lar de carinhos, que trabalhou pelo bem estar da familia, emquanto o coração lhe latejou n'um rythmo sadio ?

A objectarem razões de indole hygienica, identicas razões não deveriam então erguer-se contra o medico que arrisca a sua vida affrontando a peste e a epidemia, e contra o enfermeiro que véla longas horas á cabeceira do doente roído pelo microbio ?

E attendendo a taes razões não teria que relegar-se, isolar-se, eliminar-se até, o individuo preso de doença contagiosa ?

Mas, a lei foi mais além: — estabeleceu como causa do divorcio o adulterio da mulher, garantiu a impunidade do adulterio, e prescreveu que o divorcio, « auctorizado por sentença passada em julgado », dá a qualquer dos conjuges a faculdade de contrahirem novo e legitimo casamento.

Isto é: a mulher que aborreça o laço conjugal em favor d'uma nova sympathia, não tem mais que tornar-se adúltera, e dar o necessario escandalo para obrigar o marido a reclamar o divorcio litigioso.

A lei garante-lhe a impunidade, permite-lhe a separação de bens, e legitima (!!) o seu novo casamento com o mesmo homem que a levou ao adulterio.

Mas, garantir a impunidade do adulterio, e legitimar o casamento do adultero, não é legitimar o proprio adulterio? E o que é legitimar o adulterio senão legitimar a prostituição mais desenfreada e de effeitos mais anti-sociaes, a prostituição, que corroe a alma da esposa e da mãe, e que degrada o nivel moral da familia ?

Legitimar é incitar, applaudir; e este incentivo e este applauso ao adulterio são as ingremes ladeiras por onde muitas vezes resvala até ao charco do crime o esposo relegado.

De Bonald, após um demorado estudo estatístico, concluiu: — « nos paizes em que o divorcio existe, o numero dos criminosos, dos loucos, dos suicidas, é décuplo nos divorciados ».

Perante golpes tão profundos, quem ousará ainda asseverar que a instituição da familia vive entre nós ?

Vencia a prostituição, desterrava-se a virtude, ganhavam os discipulos de João Jacques Rousseau...

Elle tambem queimou milhares de cartuchos em prol da união livre, porque queria legitimado o infame concubinato que mantinha com Thereza Levasseur, e o acto nojento de enviar á roda dos expostos os cinco filhos que d'elle resultaram.

Adquirida a escola, morta a familia, a incredulidade lançou-se no campo das reivindicações e ateou a guerra social.

Considerando o homem unicamente na sua existencia presente, reconhecendo-lhe « por sentimento dominador, a vocação de ser feliz », a sabedoria atheia concluiu que o mundo só pode attingir o maximo de perfeição desde que a felicidade do homem atinja o mais alto grau.

Para isso, é mistér que os elementos de alegria e prazer se achem igualmente repartidos por todos os homens. E ainda que alguns como a intelligencia, a aptidão, a força muscular, a belleza, não possam arrancar-se ao possuidor respectivo, todos os que pertencem á cathegoria das « riquezas da terra » devem distribuir-se em quantidade equal.

Assim, nasceu o socialismo, e o mundo se dividiu, na expressão feliz de Etienne Lamy, em dois exercitos inimigos, o exercito dos ricos ou do medo, o exercito dos pobres ou do odio.

Os ricos organisam barricadas para defender-se da pilhagem, os pobres aprestam-se para adquirir o que, na posse dos outros, consideram um roubo.

Este amontoado de erros, esta podridão em que todas as organizações sociaes bracejam estertorosamente, este caminhar desvairado para o aniquilamento da virtude e o

império do vicio, provam de sobejo que a moral incrédula é incapaz de nortear beneficemente a humanidade.

Navega-se n'um mar revolto de egoismos, sem uma derrota definida, á mercê dos ventos e da procella, interrogando dolorosamente o além, entre uma vozearia anarchica, todos ullulando e bramindo, ninguem querendo o posto de subalterno.

Outr'ora que o Christianismo imperou no mundo, houve uma ordem bem differente; como diz Lamy, « as desigualdades e os soffrimentos mais crueis que os de hoje, não provocavam o odio; uma certa ternura de corações suavizava a rudeza dos costumes; a força temia as sentenças do direito; os homens, mais separados pela sua condição, achavam-se unidos por uma fraternidade que a uns aconselhava sollicitude e a outros prudencia.»

E a ordem do mundo de hoje em que campeia a moral incredula, mettida em fôco com a ordem do mundo de hontem em que governou a moral christã, é um triumpho brilhante para o christianismo.

A moral atheia cabe pela base ante as suas consequencias tremendas e funestas, ante a sua impotencia em assegurar a estabilidade social, ante a sua inanidade em explicar os enigmas da vida.

E a moral christã triumphando da moral incrédula no combate da experiencia, torna-se para a humanidade a unica salvação.

Ella não é um « principio abstracto » como a moral atheia, mas um « principio de vida »; baseia-se sobre o amôr e a esperanza, é um porto de abrigo para todas as inclemencias da vida, um repositorio que guarda balsamos para todas as ulceras da alma.

A derrota da moral incrédula desfaz o optimismo scientifico; — só o Christianismo poderá salvar o mundo.

E esta verdade tem sido tão altamente affirmada, depois de estudos perseverantes, por todos os grandes psychologos sociaes, que, convencidos da sua evidencia, como Fernando Brunetiére e Leon Crouslé « regressáram ao Evangelho ».

Charles Morice, o poeta illustre que ainda ha mezes

veio descançar sob a copa frondosa da Igreja, provou, a traços candentes, no seu *L'Amour et La Mort*, que a reabilitação da mulher só pôde fazer-se sob os auspícios do pensamento christão.

E Paul Bourget, o maior romancista que a França conta desde ha annos, gravou no Prefacio das suas *Œuvres complètes*:— «pelo que me diz respeito, este longo inquerito sobre as doenças moraes da França actual... constrangeu-me a reconhecer a meu turno a verdade já proclamada por mestres d'uma auctoridade muito superior á minha, Balzac, Taine, Le Play, a saber: que *tanto para os individuos como para a sociedade o Christianismo é actualmente a condição unica e necessaria de vida ou de cura...*»

Esta conclusão, dictada pelos factos e corroborada pela observação de talentos pujantissimos, mostra a nenhuma razão com que Bazilio Telles escreveu, ha um mez, na *Questão Religiosa*:— «a moral christã, particularmente o decantado amor do proximo (recommendado por alguns pensadores, sob o nome de altruismo) é uma estafada figura de rhetorica, rótulo vistoso para encobrir mercadoria avariada».

Bazilio Telles, nas paginas infelizes do seu ultimo opusculo agoura a morte breve do Christianismo, e prediz á Sciencia um futuro illimitado, uma supremacia exclusiva.

O brachymetropo publicista não reparou que a Sciencia estabeleceu já como postulado «a sua ignorancia no fundo das cousas», que a Sciencia não pôde esbulhar á Religião o throno em que ella impéra.

Talvez Bazilio Telles nunca lêsse aquellas palavras que Challemel-Lacour pronunciou na Academia Franceza:— «a Sciencia, por mais perfeita que seja, tem de deixar á Religião o seu logar. Qual? Nada menos que o do Infinito».

Na ancia de denegrir tudo o que lhe evocasse o Christianismo, Bazilio Telles incriminou-o sem provar uma unica arguição, combateu-o em abono do *modernismo*, declarando ignorar «os pontos de organização ou de

doutrina que a este se affigura imprescindivel reformar-se».

Se não sabe quaes as aspirações do modernismo, se lhe desconhece os intentos, em que se escudou para invetivar a Egreja, exaltando o modernismo?... .

* * *

Na sazão da lucta aguda que é a juventude, quantos não ficam pelo caminho exhaustos, descrentes, prostrados pelo látigo do desalento?

A quantos não inquina o halito mephytico d'esse pessimismo doente, quantos não succumbem e tombam para a valla escura da incredulidade?

E, no entanto, a perspectiva das fileiras scientificas não deveria tranquillisar uma intelligencia em formação?

Para que temer o encontro do Christianismo com a Sciencia, se os mais brilhantes generaes de esta são os mais dilectos filhos de aquelle?

Ampère e Pasteur, Cauly e F'énelon, José de Maistre e Corneille, Descartes e Pascal, Malebranche e Racine, Leverrier e Thenard, Cuvier e Biot, Milne-Edwards e Dumas, Secchi e Chevreuil, Lapparent e tantas outras sumidades scientificas que viveram sob o lábaro da Egreja não devem luzir como pharoes e attrahir como imans?

As suas intelligencias vastissimas jámais encontraram na Fé um estôrvo ou um embaraço, um jugo ou uns grilhões; antes affirmaram que uma e outra se ajudavam e completavam.

E uma intelligencia a desabrochar, porque esbarra com asperezas que não sabe limar acto continuo, deve logo crêr que estas asperezas lhe são invenciveis?

Se não sabe, porque não estudameticulosamente, porque não esquadrinha a solução que lhe deram os outros, antes de negar, de tombar na descrença?

Mas, se muitas cahem, a maior parte attinge a méta, ainda que o caminho seja difficil, e atravessam, como Anthero

Selvas, mares, areias do deserto...

Nos novos opera-se um renascimento christão; por todo o mundo a juventude vae galgando em ferventes hosiannas as ladeiras do Calvario.

O ultraje dos cobardes já não afrouxa este movimento impetuoso, que a mocidade soube reagir contra o indifferentismo e a deslealdade do seculo.

As legiões francezas, aquellas que hontem abriram o tiroteio contra as hostes da Egreja, caminham hoje, *bataillons sacrés*, na vanguarda do immenso exercito da Cruz.

Ainda ha pouco, ao solemnisar-se a beatificação de Joanna d'Arc, a *Action Française*, poz a desfilar nas ruas de Paris 30.000 jovens catholicos.

O grosso do exercito avoluma-se com rapidez, adquire a cada instante um enthusiamo mais vivo; e o general em chefe esparge-lhe todos os dias bençãos e estimulos do alto do Vaticano.

A Fé alastra-se, propaga-se, ganha dia a dia mais terreno e mais adeptos.

«O despertar do Evangelho nas altas camadas intellectuaes», vaticinado por Julio Lemaitre, em 1887, é hoje um facto, que a escola materialista procura inutilmente esconder.

Os litteratos e os philosophos, ajoelham, penitenciados, ante as funestas consequencias das suas doutrinas, e balbuciam como aquelle Adriano Sixto do *Disciple*: «*Notre Père qui est aux cieux...*»

Hostel e Verlaine, fartos de arrancar á lyra sons impetuosos de descrença, modulam estrophes sublimes de contricção e fé; Gauzin, peoneiro ardente do anarchismo, busca nos altares do templo o refugio seguro para as intemperies da vida; Retté, succumbido sob a inanidade das doutrinas radicaes, cançado de em vão pedir á Sciencia uma explicação da vida, traça no *Do Diabo até Deus* a vereda que perlustrou para chegar da duvida á crença. Quadram-lhe bém aquellas palavras de Capuana: «Fui outr'ora um atheu, hoje tornei-me um crente. Reconheci o profundo vácuo da Sciencia que nem sequer chega a satisfazer as necessidades do espirito. E a Moral sem Religião não é menos vã do que a Sciencia».

François Coppée, desanimado de errar pelas cavernas lobregas da impiedade, teve a intuição do seu estado revoltado :

*Ma conscience est cette église de scandales
Mes remords affolés bondissent sur des dalles,
Le doute, qui faisait mon orgueil, me punit;*

e, como o nosso Anthero, o coração descança-lhe, afinal :

Na mão de Deus, na sua mão direita.

Jorys-Karl Huysmans, o auctor de paginas soberbas de um realismo cru, depois de mascar vamente os deleites mais assucarados, a alma desperta-se-lhe da modorra ao som das notas languidas do *De-Profundis*, torce-se na duvida que elle pintou no *En Route*, e leva-o até á Trappa, a cingir o habito de monge.

Paul Bourget, o astro de maior grandeza que ha meio seculo brilha no ceu litterario da França, apoz dez annos d'um vagabundear descrente, embora com os lampejos mysticos do *Confiteor*, affirma á mocidade, no soberbo Prefacio do *Disciple*, a existencia irrefragavel da alma, e no *Un Divorce* e *L'Etape* ascende definitivamente para o catholicismo.

Gomes Leal, o fogoso poeta que viveu longos annos nas steppes da Descrença, e lá escreveu o *Hereje* e o *Anti-Christo*, sente a Fé renascer-lhe pela voz agonizante da mãe querida, e a alma da santa velhinha, alando-se aos céus, guia-o até aos jardins floridos da Igreja.

Charles Morice, que cantou em estancias admiraveis todo um scepticismo agitado, volta nas *Mes Raisons* para junto da Cruz, abraça-a cheia de esperança no *L'Amour e et La Mort*, e faz-lhe aos pés, n'um arroubo de enthusiasmo, *L'Examen de Conscience*.

E ainda ha mezes a revista *La Science et La Vie* inseria os estudos de Pasteur refutando a geração espontanea, e uma homenagem que a penna fluente de Ernesto

Lavisse, Director da *Escole Normale Supérieure*, traçou á memoria do grande sabio catholico.

A fé de Pasteur, aquella fé que elle proprio dizia ser tão arreigada «como a d'uma bretã», deixa-a Lavisse transparecer ao desnudar-lhe a philosophia do coração.

O «Evangelho desperta» nas mais alevantadas espheras intellectuaes, e o socialista francez Marcel Sembat teve razão no apophégma hoje tão vulgarisado: — «Sopra um vento a favor da Igreja».

Porto, Janeiro de 1914.

MANUEL CERQUEIRA GOMES,

Alumno de Medicina.

Estudos historicos

A MULHER PERANTE A REVOLUÇÃO RELIGIOSA
DO SEculo XVI

II

Os trabalhos dos antropologistas dos ultimos annos do seculo XIX e do actual seculo, vieram realçar e dar maior importancia ao estudo das raças e á influencia extraordinaria que a raça occupa na civilisação e no modo de ser psychico e moral d'um povo determinado.

E' assim que o antropologista G. Vacher de Laponge, no seu livro *Depopulation de la France*¹, apresenta como caracter distinctivo do *Homo europeus* sob o ponto de vista das sciencias naturaes o elle ser protestante.

Na Allemanha, no momento presente, manifesta-se outra vez,

¹ Pag. 79.

e agora apoiada nos trabalhos das sciencias positivas naturaes, uma forte corrente de germanismo, que vendo no passado o german da civilisação deposto no character da raça germanica, olha o presente e encara o futuro como havendo de ser obra exclusiva e unica do povo germanico, considerando essa palavra no seu significado amplo e vasto.

E tão intenso é esse movimento, que ha pouco tempo foi traduzida por R. Godet uma das obras historico-philosophicas das mais notaveis produzidas pelo pensamento allemão: o trabalho de Stewart Homston Chamberlain, intitulada *La Genése du XIX siècle*, hymno sobre o entoado á victoria futura e definitiva da raça germanica, dos povos do Norte.

Chamberlain faz voltear em torno da ideia da raça toda a civilisação e na raça germanica vê a unica que outr'ora, depois do cahos ethnico, salvou o mundo da barbaria, como decerto, diz elle, ha-de um futuro bem pouco remoto, erguer a humanidade ás alturas de uma vida melhor e mais feliz do que aquella em que até agora temos vivido.

Chamberlain, é como Gustavo Le Bon, um inimigo dos povos mestiços, defensor extremo das raças puras.

Mas Chamberlain diverge de Le Bon em muitos pontos, entre os quaes, poderíamos apontar a avaliação da raça semita, do povo arabe etc., etc.

Contudo, fique bem accentuado que agora mais do que vez alguma, o movimento germanista é forte, e contra elle se vai chocar como contra um rochedo, a vaga sempre crescente do catholicismo nos povos germanicos.

*
* * *

Não ha duvida que as obras historicas de Janssen, Denifle e Grisar, atiraram um golpe rude certo á identificação do genio germanico com a figura de Lutero, isto é, do Germanismo e do Luteranismo.

Mas tambem é certo que os trabalhos dos antropologistas contemporaneos e a obra de Chamberlain, vieram accentuar novamente a opposição das raças.

E escusado será dizer que o germanismo reivindica para si

a elevação da Mulher, accentuada em especial a partir do movimento revolucionario do seculo XVI.

E para maior ser attenção dos homens cultos, appareceu-nos ha pouco tempo publicado um livro do ex-dominicano Müller, criticando acerba e injustamente, a obra historica de Denifle e Grisar sobre o Luteranismo.

Localisemos porém, o problema no ponto restricto que faz objecto da epigrafe d'este artigo e vejamos, á luz dos factos se os Luteranos no seculo XVI foram favoraveis já pelas suas doutrinas, já pelo modo de vida que levaram, á pureza da Mulher e á sua emancipação completa e definitiva.

A situação miseravel em que a Mulher cahiu depois da Revolução Religiosa do seculo XVI foi uma consequencia das muitas ideias defendidas e divulgadas por Lutero.

A Mulher começa a decahir moral e socialmente, quando pelas expressões de Lutero, pelos seus escriptos e descripções do corpo humano, das relações conjugaes, dos gosos carnaes, quando por meio de predicas e discursos Lutero, chama ao casamento religiosas e virgens, em nome do mandamento e da ordem de Deus ¹.

Lutero excitou essas religiosas e essas jovens a desejar os prazeres materiaes, quando muitas d'ellas ignoravam talvez a existencia d'elles.

Pudor feminino, costumes honestos, tudo se desvaneceu e desapareceu.

Estava-se n'uma época de decadencia moral, e na pratica o casamento era pouco respeitado.

¹ Alguns historiadores modernos protestantes justificam e approvam as ideias de Lutero sobre o casamento e a Mulher, d'uma maneira original.

E' assim que Brieger n'um artigo recente falla da mesma maneira que Kolde, ultrapassando-o ainda nos sofismas e nos erros.

Diz Brieger: «Lutero não se tinha libertado completamente da concepção catholica do casamento (!); eis a razão porque Lutero apresenta o casamento unicamente sob o seu aspecto natural!»

Assim, se Lutero no casamento recusou reconhecer um sacramento é porque o reformador se encontrava imbuido da influencia ou das ideias catholicas d'outr'ora!

N'uma recente biographia de Lutero, Boehmer faz identicas afirmações.

As ideias de Lutero ¹ foram a codificação d'essa decadencia. E essa codificação, na verdade, tem sido repudiada por alguns protestantes.

*
* *
*

Modernamente ha publicistas que attribuem a elevação da Mulher aos povos que, ou nunca conheceram a tradição catholica-romana, ou a perderam.

E' assim que Leão Duguit no seu livro *Le Suffrage des femmes* ², affirma que a incapacidade da Mulher é devida unicamente á persistencia da tradição romana e christã.

E, continua o mesmo escriptor, «os paizes em que as mulheres gosam de maior capacidade politica, são os paizes em que se não fez sentir a tradição romana e em que a tradição christã foi abandonada sob a influencia da Reforma ».

Já não apontando a confusão enorme que resalta do facto de o escriptor citado, parecer confundir catholicismo com christianismo, ou então reconhecer claramente a revolução do seculo XVI como sendo um movimento revolucionario anti-christão, por conseguinte, pagão; poderemos talvez affirmar que o illustre escriptor affirma um facto, mas não apresenta as razões da sua veracidade.

Diz Duguit que na Finlândia, Noruega, Estados-Unidos da America, Australia e Nova Zelandia, a Mulher está n'uma situação superior áquella que occupa nos paizes de tradição romana e christã.

Ora n'esses paizes o catholicismo exerceu alta influencia como o attesta a historia, influencia que ultimamente muito tem augmentado com o desenvolvimento do catholicismo principalmente nos Estados Unidos da America do Norte.

N'esses paizes sempre foi vivo o espirito christão, mesmo a partir da Revolução religiosa.

¹ Para explicar a attitude de Lutero a respeito da bigamia de Filipe de Hesse, os historiadores protestantes apresentam uma doutrina singular. *Walkerg für Luter wider Rom.*, pag. 707 e seguintes e Brieger e Boehmer, obras citadas.

² Pag. 6 e seguintes.

Na America do Norte, os principaes revindicadores dos direitos politicos da Mulher, são catholicos ou pelo menos affeição-dos ao Catholicismo.

A Inglaterra, paiz não catholico, tem-se evidenciado ultimamente no campo das revindicações femininas, como um inimigo da situação predominante da Mulher no campo social e politico. Mas, Leão Duguit esquece a Belgica, paiz catholico, onde a Mulher tem conquistado uma situação brilhante e tambem olvida a França onde publicistas catholicos exigem para a Mulher uma situação igual ao homem, sob o ponto de vista juridico, social e politico, por exemplo, Etienne Lamy.

E tanto é assim que o socialista allemão Bebel, já fallecido, no seu livro, sobre o passado, o presente e o futuro da Mulher, independentemente da acção do catholicismo ou da raça, attribue a decadencia da Mulher á organização do estado actual das sociedades humanas.

E Bebel nota n'esse livro que é exactamente nos paizes anglo-saxões, que a Mulher mais tem soffrido. Por alli se vê a inanidade da opinião e da critica de Duguit ao catholicismo.

Coimbra, 14-2-914.

SILVIO PÉLICO DE OLIVEIRA.

A moral "republicana," da Revolução Franceza

III. — Ensaios d'applicação da moral « republicana »

Na escola, por meio dos livros elementares. — Como tornar accetaveis os principios moraes assim definidos?

O legislador que, como hoje, se occupava já em tudo regulamentar, pensou que o Estado podia *fixar os artigos* da nova mo-

ral. Rousseau concedera-lhe esse direito; Helvecio concordára ¹. Os herdeiros de um e de outro não tinham pois, escrupulo algum.

O corpo legislativo, dizia Rabaut Saint-Etienne, n'um discurso na Convenção, a 21 de dezembro de 1792, enviará aos cidadãos, uma ou duas vezes em cada anno, *instrucções moraes* proprias para corrigir abusos, para prevenir os vicios ou as alterações que poderiam ser feitas na moral publica, na constituição e nas leis.

Estas instrucções deviam ser lidas nas assembleias dos cantões. Havia a *moral do governo*, na phrase de Boissy d'Anglas, como hoje temos o que se chama a *moral la'ca*, a moral official, a moral dos grandes professores da Universidade. As mensagens ao povo, os boletins da Republica, as leituras prescriptas para a celebração dos *decad's*, os discursos, os relatorios impressos por ordem das assembleias forneciam ao poder um primeiro meio de espalhar essa moral do governo que Grégoire chama a *moral republicana* ².

É sobretudo á educação, continuava o mesmo Grégoire, que compete infiltrar nos ramos da arvore politica esta preciosa seiva, esta collecção de maximas que muito impropriamente se tem chamado moral republicana, porque não se concebe uma moral que não seja republicana.

A lei de 3 do brumario do anno IV prescrevia, a cada escola primaria, o ensino dos elementos da moral republicana. O professor receberá todos os incitamentos dos convencionaes. Exaltar-se-hão os beneficios da sua obra. Como hoje, o mestre-escola será rei. Para elle os favores do orçamento: é preciso não lhe regatear o salario. E já que não ha receio, dizia Ducos, em dar cento e trinta milhões aos padres para « ensinar erros », é preciso não hesitar em dar quinze aos mestre-escolas que vão « ensinar verdades ». (Sessão de 18 de dezembro de 1792).

¹ Helvecio pedira no seu livro *Do Homem* que a instrução moral fosse dada pelo Senado. «Só do corpo legislativo se pôde esperar uma religião benefica, uma religião universal, fundada nos direitos do homem e cujo deus seria o bem publico».

² *Memoria*, lida ao Instituto, sobre os meios de aperfeçoar as sciencias politicas.

O seu papel será « crear de qualquer modo uma existencia nova á geração que nasce... formar uma nação nova », communicar ás creanças uma « segunda vida »¹. Lanthenas² faz-l'os jurar que envidarão todos os esforços para « propagar e inspirar as virtudes moraes e civicas »; Lakanal³ suspender-lhes-ha do peçoço uma medalha com esta inscripção: « Aquelle que instrue, é um segundo pae ».

Para o auxiliar no cumprimento da sua missão, fabricar-se-hão livros, manuaes, alphabetos, catecismos, decálogos, mandamentos republicanos que se inspirarão na nova moral. Os nossos jacobinos modernos nada inventaram. Os manuaes dos Aulard, dos Bayet e outros senhores de egual importancia na França republicana do seculo XX teem o mesmo fim, as mesmas tendencias que os manuaes redigidos por ordem dos convencionaes: glorificar a obra revolucionaria, paganisar os espiritos e as intelligencias, crear adeptos ao regime republicano!

Que é que se ensinava n'estes livros de moral? os beneficios da Republica, uma vaga crença n'um ser supremo, o culto da razão. No *Livro indispensavel aos filhos da liberdade*, apparecido durante a Convenção, a mãe diz ao joven Fanfan: « E' preciso que saibas que, sendo o homem a mais bella obra sahida das mãos do Sêr suprêmo, deve adquirir desde os seus primeiros annos o conhecimento de si mesmo. » O moço cidadão, naturalmente, arregala os olhos: « A razão, prosegue a mãe, é para a alma o que o sol é para o corpo: vivifica-a; illumina-a; dirige-a; guia-nos pelos caminhos da virtude. »

A obra do cidadão Henriquez (*Epistolas e Evangelhos do republicano para todas as décadas do anno*) tinha por fim exaltar a Republica e a obra dos *sans-cullotes*. Os epithetos offensivos eram só para os reis e para os padres.

Só aos reis, aos padres e aos seus escravos, dizia elle, cabe arrastar a sua vida orgulhosa e covarde, de crimes em crimes, de nullidades em nullidades, de embrutecimentos em embrutecimentos.

¹ Arbogast, *Relatorio sobre a composição dos livros elementares*, impresso em fins de 1792.

² Projecto sobre as escolas primarias, 12 de dezembro de 1792.

³ Projecto de 26 de junho de 1793.

Por outro lado, esta passagem que é symptomatica :

N'aquelle tempo dizia Jesus aos seus discipulos : Guardae-vos dos falsos prophetas, etc. Este revolucionario da Judeia tinha muita razão ; conhecia os padres do seu tempo ; previa que os pretensos ministros do Sêr supremo seriam sempre velhaços e ladrões.

Eis um especimen dos manuaes de moral então em uso. Por haver escripto estas grosserias, o auctor recebeu do Conselho dos anciãos um premio de 1:500 francos. Mas apezar de todos os esforços, os sectarios não haviam podido erguer uma obra que se visse. Em 1798, o administrador do Aube confessava que os bons livros elementares faltavam ainda ¹.

No paiz, por meio de instituições. — Emquanto que a Revolução se esforçava por inculcar a moral republicana ás novas gerações pela educação ministrada na escola, emprehendia por outro lado faze-la acceitar pela nação. Com effeito, de que se tratava, senão de « reconstituir por assim dizer a *especie humana* ² », de « crear um povo inteiramente novo ³ » ? Robespierre encarregára-se de explicar em que consistia esta regeneração. A citação é longa ; mas vale a pena ser reproduzida :

« Queremos, dizia elle, substituir no nosso paiz a moral ao egoismo, a probidade á honra, os principios aos habitos, os deveres ás conveniencias, o imperio da razão á tyrania da moda, o desprezo do vicio á desgraça, a altivez á insolencia, a grandeza d'alma á vaidade, o amor da gloria ao amor do dinheiro, o merito á intriga, o genio ao gracejo, a verdade ao brilho, o encanto da felicidade aos tedios da volupia, a grandeza do homem á pequenez dos grandes, um povo magnanimo, poderoso, feliz a um povo amavel, frivolo e miseravel, isto é, *todas as virtudes e todos os milagres da republica* a todos os vicios e a todos os ridiculos da monarchia... Que a França, outrora illustre no meio de paizes escravidados, eclipsando em gloria de côrte os povos livres... se torne a modêlo das nações, o terror dos oppressores, a consolação dos opprimidos, o ornamento do universo, e que sellando a nossa

¹ Citado por Babeau, *l'École de village pendant la Revolution*, pag. 114.

² Grégoire, *Relatorio de 12 do prairial do anno 1.*

³ Plano de Le Pelletier.

obra com o nosso sangue possamos ver ao menos brilhar a aurora da felicidade universal... Eis a nossa ambição, eis o nosso fim ¹!

Em resumo, Robespierre e os seus discipulos querem fazer de cada francez um modelo de todas as virtudes, a fim de lhes assegurar todas as felicidades. Emquanto assim declamavam as mais ôcas tiradas, a guilhotina não cessava de funcionar. Ha poucos dias ainda publicava um jornal uma estatistica, já exposta por Arsenio Houssaye na sua *Notre Dame de Thermidor*, dos crimes, da loucura da morte desencadeada sobre a França por Robespierre. Eis, segundo essa estatistica, o computo das pessoas executadas em Paris no anno de 1794: camponezes, 3:871; operarios, pedreiros, alfaiates, ferreiros, 2:212; burguezes e pequenos proprietarios, 1:273; padres e religiosos, 767; soldados, 716; mulheres, meninas e creadas, 718; nobres e emigrados, 639; advogados, procuradores e notarios, 585; creados e taberneiros, 156; medicos, 75; profesores, 49; marinheiros e vadios, 93; homens de letras, 46.

No total, quasi 12:000 cabeças. Que pedestal para um homem que os socialistas acabam de glorificar em Saint-Ouen! Mas tambem que requisitorio contra a moral prégada, exaltada e glorificada por este homem salpicado de sangue!

Quaes os meios a empregar para tornar o povo ditoso e satisfeito?

A quem recorrer para tal obra? A's instituições. Todos os revolucionarios estão de accordo n'este ponto. Saint-Just proclama que « as instituições são a garantia d'um povo livre contra a corrupção dos costumes »; Boissy d'Anglas, que « com o tempo ellas se tornam o unico poder dos imperios »; Thirion, que foi por meio d'ellas « que Moysés, Lycurgo e todos os grandes legisladores consolidaram as suas obras ». E a palavra d'ordem será seguida: crear-se-hão instituições, principalmente festas ². Com as festas 5

¹ *Relatorio* de 5 de feveiro de 1794 sobre os principios da moral publica. Robespierre não era só a pensar d'esta maneira. David acerca da apothose de Barra e de Viala (23 do *messidor* do anno II) diz que todos querem « provar ao universo inteiro » que a nação franceza é chamada « a uma plena regeneração moral ».

² As festas, dizia Boissy d'Anglas, põem o ensino em acção, dão movimento e vida aos preceitos sagrados da moral. Elevam e engrandecem o

*

transformar-se-ha a França, as novas gerações, todas as condições, todas as edades, a sociedade inteira. As festas da Igreja serão bannidas. As festas pagãs serão preferidas. A religião catholica só conduz á virtude por meio de « jejuns e macerações » ; o paganismo tem deuses « indulgentes e sensiveis », abertos a « todas as affeições humanas » ; é « uma religião brilhante » que promete « o prazer e a felicidade, ornada de todas as ceremonias que ferem os sentidos, das mais ridentes ficções, das mais doces illusões ».

Foi Mirabeau ¹ quem assim fallou pela primeira vez. Os seus successores, como elle, andavam obsecados pela Grecia e Roma. A humanidade ia recuar de oito seculos ! Talleyrand sentia admiração por « essas festas antigas, onde, no meio dos jogos, das luctas, de todas as emoções d'uma alegria universal, o amor da patria, essa moral quase unica dos antigos povos livres, se exaltava até ao enthusiasmo e se preparava para os maiores prodigios ! » Danton pedia á Convenção que consagrasse aos jogos nacionaes o Campo de Marte. « Se a Grecia, dizia elle, teve os seus jogos olympicos, a França solemnizará tambem os seus dias *sans-colotide*. » (Sessão de 6 do *frimario* do anno II).

Os revolucionarios apprehenderam a organisação d'estas festas. Houve-as politicas, que consistiam em perpetuar os acontecimentos da Revolução, em desenvolver o culto do patriotismo que depressa se confundiu com o odio á realza. Houve tambem festas civicas relativas aos trabalhos dos campos (festas da agricultura, das vindimas, das colheitas), ás diversas edades da vida (festas da infancia, da juventude, dos esposos, dos velhos, dos funeraes). Todas estas festas deviam ser fontes de outras tantas virtudes. Emfim, houve festas moraes (festas do pudor, da desgraça, do reconhecimento). Não entra no nosso objectivo fallar detalhadamente d'estas ceremonias cujo estudo demandaria muito tempo ; que nos baste comtudo, dizer que estas festas não produziram nem o des-

curso da imaginação e do espirito ; desenvolvem esse amor ardente pelas grandes coisas que a natureza colloca no coração de todos os homens. Fallam á alma a linguagem que ella melhor entende, a das sensações e das imagens. (*Essai sur les fêtes*, p. 8-13).

¹ *Travail sur l'éducation publique*, p. 86.

envolvimento das virtudes nem o aperfeiçoamento moral que a Revolução se vangloriava de obter.

IV.—Fundação d'uma religião natural como base da moral

Festa do Sêr Supremo e deificação da natureza: — Todos os esforços até ahí tentados, haviam sido dispendidos com manifesta perda.

Chenier, nos fins de 1794, não hesitava em proclamar que restava ainda «procurar um apoio solido» para a moral. Este ponto d'apoiio julgou encontrar-o Robespierre no *sentimento religioso*¹.

A 7 de maio de 1794, um decreto, enviado a todos os exercitos da Republica, informava a Europa de que o povo francez reconhecia «a existencia do Sêr Supremo e a immortalidade da alma». Commemorando as solemnidades que deviam ser celebrados em todos os *decadis*, o mesmo decreto pregoava no titulo a festa ao Sêr Supremo e á *Natureza*. Que Sêr Supremo era este de que fallava com tanta emphase Robespierre? Um Deus vago, pessoal, indefinido, imperceptivel, incognoscivel.

Não era sem intenção que Robespierre substitua a Deus o seu Sêr Supremo. O povo ignorante conhece muito mal tal Sêr Supremo: mas conhece muito bem o *bom Deus*, e estes dois titulos não são para elle uma e a mesma coisa. Um *sans-culotte* dizia a um dos seus camaradas que fallava de Deus: —«Calla-te, já não ha Deus, só existe um Sêr Supremo»; e fallava de boa fé².

Sob o pretexto de culto d'um Sêr Supremo, procedia-se, escreve o P. Sicard, a uma verdadeira resurreição de não se sabe que pantheistico naturalismo³. No seculo XVIII, philosophos haviam celebrado á compita a natureza. Segundo elles, os revolucionarios deviam glorifica-la tambem.

¹ Discurso de 7 de maio de 1794.

² *Du fanatisme dans la langue revolutionnaire*, por La Harpe, p. 58.

³ *L'éducation morale et civique*, p. 420.

O que o dictador e atraz d'elle a maior parte d'aquelles que se occuparam na organisação das festas, de sejava era que as homenagens da nação fossem endereçadas a este ser colectivo, indeterminado, simultaneamente activo e passivo, vivo e inanimado, centro de todas as coisas, que elles chamavam natureza. N'esta palavra comprehendiam elles a terra que nos sustenta, as forças que ella põe em movimento, as riquezas que ella patenteia, os fructos que ella faz brotar das suas entranhas fecundas, a successão das estações, os mil phenomenos que veem ferir os olhos da humanidade, e enfim a propria humanidade¹. Tudo isto faz'a parte integrante da natureza. N'esta epocha, o homem desviando o seu olhar do céo, d'o ide expulsara o Deus dos christãos, curva-se para a terra, estreita-a nos seus braços, dirige-lhe as suas adorações e as suas homenagens como á *alma parens*, á mãe nutriente. Estremece d'admiração a cada manifestação da sua vida, de reconhecimento por cada um dos seus beneficios. A propria organisação do calendario republicano, fundado inteiramente na agricultura, era uma solemne consagração do culto da natureza. Não podemos ler hoje sem nos sorrirmos essa ridicula nomenclatura em que as palavras *nabo*, *cenoira*, *rabanete* e *couve* substituiam os nomes dos santos; mas os promotores da reforma eram consequentes com sigmo mesmos. Querendo d'oravante deificar a natureza, foram levados a designar os dias por meio de uma terminologia de arvores, plantas, animaes, que eram como outras tantas porções da divindade. (*L'Éducation morale et civique*, p. 422).

A natureza foi, pois, a grande divindade da Revolução. As festas organisadas em sua honra tinham logar em pleno campo; o altar preferido era o dos prados; cada uma das estações do anno ou das horas do dia devia de estimular o sentimento religioso. Obras destinadas a explicar e comentar o novo culto, conteem elevações, meditações sobre a primavera, o estio, o outomno e o inverno, canticos matutinos, hymnos á aurora, invocações ao sol². Não acabariamos este trabalho, se quizessemos citar todas as declamações enthusiasmas dos amantes da natureza. Todas ellas se parecem e se ligam, pelo vácuo insensato que as caracteriza.

O novo culto: Sacerdocio dos velhos. Instituições dos «décadis». — O culto a prestar á nova divindade era muito sim-

¹ «O unico culto que deve agradar ao céo é o da humanidade.» (Bo'ssy d'Anglas, *Essai sur les fêtes*, p. 67).

² N'uma meditação religiosa que tem por título: *Contemplação da natureza nos primeiros dias da primavera*, um piedoso exclam: «Celebremos o pae da natureza. Elle está perto de nós e presente em toda a parte, no céo, na terra e nos mares.»

plificado. A mais lisongeadora homenagem que se podia dirigir-lhe, era « seguir exactamente os principios da lei natural ¹ ». Conhecendo o Sêr Supremo, melhor do que nós, as nossas necessidades, nenhuma oração se deviam dirigir-lhe ². Tão pouco serão cumpridos quaesquer ritos externos, nem serão evocados os usos das religiões positivas ³.

Nada de padres, mas sómente ministros da moral, recrutados nos officiaes municipaes ou nos professores encarregados de ensinar a nova religião. Ao lado d'estes, os *velhos* que exerciam uma especie de sacerdocio, como outr'ora os anciãos em Athenas. O catholicismo sempre havia prégado não só o respeito pela velhice, mas tambem abriera asylos para os necessitados edosos e enfermos. A Revolução que devia fechar esses asylos e lançar para a vaçabundagem das ruas, pobres, velhos e doentes, não era prodiga em dithyrambos estereis sobre a dignidade dos velhos ⁴. Saint-Just concedia uma facha branca a todo o homem que visse sem mancha até á idade de sessenta annos.

Os velhos, dizia elle, que trazem esta facha, devem censurar nos templos a vida privada dos funcionarios e dos rapazes com menos de vinte e um annos... O mais velho d'uma comuna é obrigado a apresentar-se no templo dentro dos dez dias, e a exprimir a sua opinião sobre a conducta dos funcionarios. Os cidadãos reanem-se nos templos para lá examinarem a vida particular dos funcionarios e dos rapazes com mais de vinte e um annos.

¹ Brulard, *Instruction elementaire sur la morale*, 1796.

² « Ser dos seres, exclamava Robespierre em plena festa do Sêr Supremo, não te dirigimos injustas preces. Tu conheces as creaturas sahidas das tuas mãos: as suas necessidades não escapam aos teus olhares, bem como os seus mais secretos pensamentos ». (*Moniteur*, de 22 de *prairial* do anno iv).

³ « Os ritos externos são prohibidos, diz Saint-Just ». (*Fragments d'institution republicaine*, p. 66). Boissy d'Anglas critica o uso do incenso nas festas do Sêr Supremo: « Porque esta pratica tão pueril? exclamava elle. O culto deve ser puramente espirital ».

⁴ A circular de François de Neufchâteau (20 do *fructidor* do anno iv) reserva « logares d'houra para os velhos », ao lado dos magistrados e dos guerreiros feridos pela pátria. Rabaut Saint-Etienne pedira á Convenção que estabelecesse por cada secção das cidades e por cada cantão dos campos, um *Senado* composto de homens e mulheres nomeados pelos velhos de ambos os sexos. Todas as crianças até aos quinze annos, deviam ser submettidas á censura.

Saint-Just todavia, concedia que as mulheres não estivessem sujeitas á censura. Em Paris, o Conselho da communa, querendo, dizia elle, « aniquillar os restos da corrupção monarchica e do aviltamento de mil e quatrocentos annos de escravidão e de immoralidade (*sic*), convida os velhos, *ministros da moral*, a vela-rem por que os costumes não sejam offendidos na sua presença e a requererem ao commissario de policia e a outras auctoridades constituidas todas as vezes que o julguem necessario».

A Revolução, depois de ter instituido o sacerdocio dos velhos, creou o *décadi*, o domingo civil ou laicisado como diriamos hoje. A discussão acêra dos *décadis* occupou duas sessões.

D'ella sahiram os decretos de 17 do thermidor, e de 13 e 23 do *fructidor* do anno vi. Primeiramente impôz-se o descanso obrigatorio ¹.

Em seguida, tratou-se de occupar o povo « moralmente » ². Reuniram-no nas « antigas egrejas », transformadas em « templos republicanos » e esforçaram-se por lhe offerecer um espectáculo digno do seu interesse.

Instrucções faceis, « curiosas e periodicas sobre os principaes phenomenos das estações e da natureza e as producções das artes »; as descobertas novas, publicadas pelo Instituto nacional; a narrativa dos triumphos dos « nossos heroes », canticos em seu louvor, hymnos moraes e religiosos evocando o Sér supremo, vingador do crime e remunerador da virtude; « o concurso das vozes, corridas, talvez a lucta, a esgrima, a funda, o arco », — eis dizia Pison Dugaland n'um projecto apresentado ao Conselho dos quinhentos, o que póde garantir o bom resultado das reuniões civicas!

No novo culto, os nomes dos santos do catholicismo indicados nos calendarios foram substituidos por nomes de plantas e de animaes.

Foi, diz o padre Sicard, o signal d'uma revolução nos apellidos. Os verdadeiros republicanos apressaram-se a repudiar os nomes que haviam re-

¹ « Os *décadis* e os dias da festa nacional são dias de repouso para a Republica » (art. 1.º, lei de 17 do *thermidor* do anno vi).

² « O corpo legislativo, dizia François de Neufchâteau na sua circular, quiz fundar a moral publica ».

cebido do reinado da tyrania. O baptismo civico, lavou a mancha do baptismo religioso. Aquelles que tinham a desgraça de se chamar rei, monarca, castello, etc., de usar qualquer outro nome de consonancia reaccionaria, tomaram os de patriota, liberdade, egualdade, choupana, dez d'agosto, etc. As *ameixas da rainha Claudia* tiveram por nova padroeira a *cidadã Claudia*. . . Fallava-se da rua Jacques e do bairro Martin. Ia-se passear a Ouen, a Denis, a Cloud.

No pateo do museu das artes, na base da estatua de S. Vicente de Paulo, lia-se: *Vicente de Paulo, philosopho francez do seculo XVII*. As petições enviadas pelas administrações e sociedades populares não assignalavam menos de nove mil nomes e de tres mil nomes feudaes a substituir ¹.

Grégoire conta, na sua *Historia das seitas religiosas*, a anedocta d'um viajante allemão que deu ordem ao cocheiro de o conduzir á rua Saint Denys. « Já não ha santos. — N'esse caso, leve-me á rua Denys. — Já não ha de. — Conduza-me então á rua Nys, co'a brécal »

Os nomes pagãos andaram em moda.

Só se ouvia falar de *Anacharsis Clooz*, *d'Aristides Couthon*, *d'Anaxirogus Chaumette*, de *Gracchus Baboeuf*. Desbaptisáram-se de tal modo que os nomes do antigos e grandes homens faziam falta; houve cidadãos Carotte, Rave, Betterave, Oxygéne, Taupe, Dindon, etc. Os homens da Revolução viram os seus nomes adoptados com frequencia: os de Marat e de Le Pelletier ² tiveram grande voga.

Não contentes com « desanichar os santos » como diziam os revolucionarios, tentaram demonstrar que a *vida dos santos* do velho culto não supportava comparação com a vida dos republicanos. Todos se proclamavam virtuosos; a propria Republica confundia-se com a virtude; monarchia e crime são synonymos. A

¹ Sicard, *l'Education morale et civique*, p. 447.

² Marat fôí canonisado pela Revolução. O seu corpo foi transportado ao Panthéon. A pompa funebre que se seguiu á sua morte foi uma verdadeira apothese. No meio das aclamações da multidão e da fumarada de incenso, ouviu-se um orador exclamar parodiando o antigo culto: « *O cor Jesu, cor Marat: Sagrado Coração de Jesus, Sagrado Coração de Marat* ». Este triumpho teve seu rebate na provincia. N'uma aldeia da Normandia, o busto de Marat, que fôra levado á egreja, foi deposto sobre um altar portatil erguido em sua honra. Os assistentes choravam e batiam no peito gritando: « Meu deus Marat, morrestes para nós ! » (Citado por Sicard, a p. 449).

Convenção recebeu um dia a proposta de applicar ás praças e ás ruas o nome da maior parte das virtudes. Saint-Just, no seu afan de fazer florescer as virtudes no immenso campo da nação, quiz impôr por decreto a pratica da virtude. No seu projecto, o povo creava seis milhões de magistrados encarregados de dar o exemplo de todas as virtudes. E não hesitava em affirmar a necessidade de atirar sobre o homem não virtuoso as serias represalias do poder! Outros convencionaes, menos terriveis, tentaram converter a nação pela persuasão. Foi decid do que se compendiassem os « signaes de virtude ». Este compendio seria publicado sob o titulo de *Acções virtuosas dos cidadãos francezes*; seria o primeiro livro a pôr nas mãos dos filhos da patria. Todos os auctores de alphabets republicanos se puzeram a trabalhar com este fim. Rony, no seu *Cathecismo historico e revolucionario* começou a narrar as acções heroicas que tinham assignalado os exercitos e as luctas da Revolução. Para indicar o pensamento do livro, via-se no frontispicio um *sans-culotte* vibrando saibradas sobre um padre e um nobre que passavam sob o nivel egualitario. Nenhuma d'estas publicações produziu o desejado effeito moral. Thirion confessava em 1795, que muito se abusára da palavra *virtude*. « Fallemos menos de virtude e de liberdade, dizia elle, e sejamos mais livres e mais virtuosos ». (*Moniteur*, de 21 de janeiro de 1895).

V. — Resultados da experiencia revolucionaria

Immoralidade dos professores.— As escolas revolucionarias não deram resultado algum. Desde que os professores crentes foram expulsos, os alumnos desertaram em massa ¹. Apenas alguns filhos de funcionarios ou de paes influenciados pelo mêdo frequen-

¹ O professor d'Epernon que substituiria o cathecismo pelo *Père Duchesne* reconhecia que « esta moral não é para toda a gente ». Em dezembro de 1793, no mais accêso de Terror, a cidadã Raget, que vimos dispensar e banir todos os livros religiosos da sua escola, advertia a Convenção de que os paes do bairro Saint-Antoine não gostavam da nova educação e retiravam a pouco e pouco da escola os seus filhos.

taram a escola republicana. Na maior parte das vezes a opposição dos paes era passiva; guardavam os filhos em casa ¹. Outras vezes os protestos eram publicos ². Em summa, fizeram tudo o que era possivel para embargar a execução do programma impio da Revolução. Os jacobinos tentaram tornar obrigatoria a assistencia ás escolas officiaes. *A defeza laica* cujos campeões são hoje os Doumergue, Viviani e outros, tinha tambem os seus partidarios ao tempo da Revolução. Mas quando se pediu ao Conselho dos quinhentos que tratasse de povoar pela força as escolas primarias, Gilbert Desmolières avisou estes temerarios da inutil imprudencia em que se iam lançar:

« Os paes e as mães, dizia elle, querem que seus filhos recebam os principios da moral e da religião na escola, e temem razão. Não cedirão ao despotismo dos inovadores, cujos esforços hão-de constantemente mallograr-se em face dos direitos paternos e dos immortaes principios que importa manter... Foi-me demonstrado que a repugnancia é tal que sitios ha onde o numero dos professores excede o dos alumnos ». (*Moniteur*, de 20 de junho de 1797.)

O povo de França não queria um ensino sem religião e sem moral ³, e tão pouco confiar os seus filhos aos professores da Re-

¹ O cidadão Paulo Diligent, professor em Juilly, entrara no movimento para « continuar a dedicar-se á instrucção da juventude ». A 24 d'abril de 1784, annunciou ao som de trombeta a abertura da sua escola. Mas, logo que appareceram novos livros elementares, e « o alphabeto onde estão escriptos os sagrados direitos do homem em vez do Padre-Nosso », quasi todos os paes retiraram seus filhos sob o pretexto de que lhes eram precisos em casa...

² Em Coiffy-le-Haut, as mães oppuzeram-se abertamente á installação do novo professor: « Não o queremos, diziam ellas, faria de nossos filhos uns revolucionarios ». — Em Limoges, os camponezes não supportavam que os mestre-escolas tomassem as funcções do parochio. — Em Albi, absoluta impossibilidade de organizar escolas primarias. — Em Aubigny (Cher) os paes renem-se para declararem que não querem os professores enviados pelo governo. Em muitas localidades, cortam-lhes os viveres. No districto de Bourges, vinte e um professores renunciaram a installar-se por causa do exorbitante preço que os lavradores lhes fazem pagar pelos generos da sua subsistencia. (Citado pelo padre Sicard, *L'Education-morale et civique*, pag. 469).

³ Proscreever o ensino religioso, não era só ferir nas suas convicções a immensa maioria dos Francezes, era ir ao invés de inveteradas tradições. Tam-

publica, muitas vezes incompetentes, quasi sempre grosseiros e immoraes ¹. Julgaes que exagéro? Escutae:

A 25 do n.º *vôse* do anno III, a administração do districto de Borden ordenava á municipalidade de Teste:

Acabaes de nos fazer a observação de que os dois professores que estão á testa das vossas escolas não vos parecem proprios a desempenhar qualquer cargo na instrução publica. *Esta observação não é particular á vossa municipalidade. Podemos applica-la a todas as communes d'este districto.* O mesmo succede durante o anno IX na circumscripção de Libourne, se dermos credito ao relatorio do sub-prefeito, datado do dia I do *germinal*, dizendo que os logares de professores foram « entregues a homens immoraes e absolutamente incompetentes » ².

A administração departamental do Marne, no seu *compte rendu moral* para os annos IV e V, declarava não poder citar « um só professor que fosse modelo da sua profissão ». Conclue-se d'um documento official que no anno VII o pessoal das escolas primarias de Paris era singularmente recrutado entre « serralheiros, pedreiros sem trabalho e até entre sapateiros remendões ».

Todos os processos verbaes dos Conselhos dos districtos, diz por seu lado, a 20 do *germinal* do anno IX, o Conselho geral de Calvados, attestam a carencia quasi absoluta de instrução nos campos. A fluctuação das opiniões, a violencia extravagante dos partidos, sustentados quasi por toda a parte pela mais crassa ignorancia, collocaram e demittiram successivamente das escolas homens que o mesmo dia se viam revestidos de estola, encasquetados de barrete phrygio e cingidos de talabarte; por tudo isto, recahiu sobre o professorado uma especie de negligencia, para não dizer desprezo.

Por essa mesma epocha, no relatorio da sua viagem, o prefeito do Eure declara que « em geral, os professores são pessimos ».

bem foi um grave erro legislativo, uma falta capital sob o ponto de vista politico a suppressão do ensino religioso. No estado da opinião publica, nada era mais proprio a desacreditar a nova organização das escolas. Tinham já contra si, o vicio da sua origem. Quando se soube que já não obrigavam as creanças a recitar as orações, foram sentenciadas. (A. Duruy, *l'Instruction publique et la Revolution*, pag. 158-159).

¹ Além dos testemunhos aqui reproduzidos, vejam-se aquelles que E. Labelle enumera nas *Escoles sous la Revolution française*. (*Conférences*, n.º 473).

² Citado por Allain, *l'Oeuvre scolaire de la Revolution*, pag. 92.

A apreciação do Conselho do districto de Etampes é mais severa ainda: « A ausencia de qualidades moraes na maioria dos professores anulla e ás vezes torna perniciosos os fructos que eram de esperar do estabelecimento das escolas primarias. » O Conselho de Mantes confirma: « Se a instrucção publica n'esta região, como quase em toda a parte, considerada no seu primeiro grau é quase nulla, o Conselho pode, com razão, attribuir a causa d'isso á falta de luzes e muitissimas vezes á má conducta das pessoas propostas á educação das creanças »¹. Fourcroy, no relatorio reproduzido por Rocquain, falla da « má conducta, da immoralidade, da embriaguez de muitos professores »². Um outro relatorio do anno VIII, citado por Duruy, explica o completo insuccesso das escolas primarias « na má escolha dos professores, que são quase por toda a parte, homens de maus costumes e sem educação ». Se excepções houve, não invalidam a affirmacção de que, diz o padre Allain, geralmente, o pessoal das escolas officiaes foi deploravel³.

Immoralidade da juventude. — Todos os principios que tinham salvaguardado os costumes publicos haviam sido discutidos pela Revolução. Renegára-os ella e tinha declarado que antes do seu triumpho não existira moral no mundo. Era preciso *funda-la*. D'isto tiraram muitos a conclusão de que, ainda não estando ella fundada, podiam « muito bem passar sem ella enquanto a esperavam ». E assim foi, com effeito. Os costumes publicos relaxaram-se. A desordem invadiu as escolas publicas. Primeiramente, advogou-se a coeducação. Condoreet comprazia-se a dissertar sobre as vantagens de educar conjunctamente os dois sexos. Quereis saber o que Baraillon propunha que se ensinasse ás meninas das escolas primarias? « algumas regras de medicina... sobre a gravidez, o parto, suas consequencias e a amamentação ». O *catecismo elementar da moral, proprio para a educação d'um e de outro*

¹ Citado por Allain, *ob. indic.* pag. 33.

² Rocquain, *l'Etat de la France au 18 brumaire*, segundo os relatorios dos conselheiros d'Estado.

³ Allain, *ob. cit.*, pag. 95. — Fayet, por seu lado, escreve « que encontrou no pessoal ensinante mais de um mestre a quem teria sido difficil prégar moral sem que os proprios exemplos viessem desmentir as suas palavras ». (*Les hautes œuvres de la Revolution*, pag. 41-43).

seco dava sobre estas materias, ao joven *sans-cullote*, uma experiencia que lhe permitiria mostrar-se como discipulo de Hippocrates.

A juventude desembaraçada dos principios e sentimentos religiosos, entregou-se a todas as desordens. Montzey, nas suas *Institutions d'éducation militaire*, diz que na escola de Mars era impossivel prohibir os dictos licenciosos e a immoralidade crescente dos alumnos. Barbé-Marbois, no seu relatorio ao conselho dos anciãos, denunciava os excessos da juventude, excessos que ultrapassavam « todos os limites ». « A noção do respeito, escreve o padre Allain, tende a desaparecer e já desapareceu em muitos sitios ». Taine recolheu sobre este assumpto notas singularmente instructivas ¹.

Não raro é vêr creanças de treze e quatorze annos em conversas e com procedimentos que teriam escandalizado um moço de vinte annos (*Estatistica dos prefeitos*, analyse por Ferrière, Moselle). Os filhos de operarios são ociosos, insubordinados; alguns entregam-se aos ultimos ultrajes contra seus paes; outros ensaiam-se no roubo e na mais suja e grosseira linguagem (*Estatistica da Meurthe*, por Marquis, prefeito).

Taine cita ainda esta edificante passagem da narrativa d'uma temporada em França (1802-1805), por Anna Plumptre :

« Acreditaes, senhora, — dizia-lhe um jardineiro de Nîmes, que durante a Revolução nós não ousavamos ralhar a nossos filhos, por uma parte sequer das faltas que elles commettiam? Aquelles que a si mesmos se chamavam os patriotas tinham como principio fundamental da liberdade que as creanças nunca deviam ser castigadas; e isto tornava-as tão indisciplinadas que, muitas vezes, quando um dos paes se aventurava a ralhar a seu filho, este dizia-lhe que tratasse da sua vida e accrescentava: « Nós somos livres, somos iguaes, não temos outro pae ou outra mãe senão a Republica ».

Como hoje, o ensino constituia a mais odiosa desfiguração da historia nacional. Todos os manuaes da época continham grosseiras injurias a todas as glorias da velha França ². Sem custo se com-

¹ *La Revolution*, t. III, pag. 108.

² Desde o anno v, que o ministro Benezecch podia tratar com o justo desprezo que mereciam « esses livretes que o primeiro impulso do governo revolucionario produziu e que foram conspurcados pelas maximas mais revoltantes ». (Citado por Allain, *ob. indic.*, pag. 98).

prehenderá o horror que inspirava ás pessoas honestas esta nova pedagogia « impregnada, diz Duruy, do mais puro espirito jacobino, destruidora de toda a ideia de disciplina e de respeito, exclusivamente intolerante, odiosa, e acima de tudo anti-franceza » ¹.

Decomposição e podridão. — Sob o Directorio, não ha senão decomposição e podridão ². A onda da immoralidade estende-se dia a dia. Não se respeita nada, nem a dignidade dos casamentos, cujas cerimoniaes muitas vezes semelhavam « quadros de prostituição » ³, nem as sepulturas e cemiterios, profanados, pilhados por bandos de vandalos que dispersavam todos os objectos que lembravam o antigo culto. O respeito pelos mortos desvanecera-se. Todos os documentos da época mostram os defunctos entregues a « impuros coveiros » e as familias a habituarem-se « a considerar os restos d'um esposo, d'um pae, d'um filho, d'um irmão, d'uma irmã, d'um amigo, como os de qualquer outro animal de que se desembaraçassem » ⁴.

Em 1800, o cidadão Cambry, encarregado pela administração central do Sena de redigir um relatorio acerca do estado das sepulturas em Paris, julgou não poder publical-o senão em latim, tantas vergonhas havia n'esses barbaros funeraes, em que os corpos desnudados eram atirados misturadamente para os covaes e algumas vezes dados em pascigo aos cães que serviam de adjunctos aos pretensos guardas dos cemiterios ⁵.

Como dizia Quatremère de Quincy, no seu relatorio apresentado ao conselho geral do Sena, já citado, a Revolução empenhara-se na « destruição de todas as moralidades ». Nada mais justo e mais exacto. O mesmo auctor continuava: « Digamol-o: se o homem se julga capaz de libertar-se durante a vida, da tutela da divindade, a experiencia ensinou que apoz a sua morte, os seus

¹ A. Duruy, *l'Instruction publique et la Revolution*, pag. 472.

² « Não podemos attribuir senão á immoralidade de um grande numero de francezes, dizia Barbé-Marbois ao Conselho dos anciãos, a lentidão com que se consolida a nossa Republica ».

³ Larevellière-Lépeaux, *Reflexions sur le culte*, pag. 26, 28.

⁴ Idem, *ibid.*

⁵ Vid. texto d'este relatorio nos *Annales philosophiques*, t. 1, pag. 402. Na mesma época, os prefeitos dos departamentos, em particular o de Sarthe, lamentam « a indecencia das inhumações ».

restos não podem estar em segurança senão sob o inviolavel sello da religião. . . Não devemos nós, pois, occupar-nos em apagar o mais depressa possivel todas essas arbitrariedades e manchas da barbaria, todos esses vergonhosos estygmias dos crimes e das desgraças que acompanharam *este longo interregno da divindade em França?* »

Conclusão

O interregno da divindade em França, durante a Revolução, conduziu á destruição de toda a moralidade. Assim será tambem no seculo XX se a crença em Deus não fôr de novo collocada na base da moral. A moral « republicana » dos homens de 1793 nada soube edificar. A moral « laica » dos sectarios da terceira Republica corre o mesmo perigo. Amontoará as mesmas ruinas. Homens imparciaes já constataam a lamentavel fallencia dos institutos escolares officiaes. A immoralidade da juventude, a criminalidade juvenil são factos indiscutíveis. Nenhum espirito serio o contesta.

Ao sahir da Revolução, no momento em que se discutia a Concordata, Portalis, n'um discurso notavel lido ao corpo legislativo (sessão de 5 d'abril de 1802), proclamou magnificamente a necessidade da moral e da educação religiosa :

E' tempo de as theorias se callarem perante os factos. Não ha instrução sem educação, sem moral e sem religião. Os professores ensinavam no deserto porque imprudentemente proclamaram que era preciso que nunca se fallasse de religião nas escolas. A instrucção é nenhuma, ha dez annos ; é necessario tomar a religião como base da educação. As creanças abandonaram-se á ociosidade mais perigosa, á vagabundagem mais alarmante. Não possuem uma ideia da divindade nem uma noção do justo e do injusto. D'aqui terriveis e barbaros costumes ; d'aqui um povo feroz. Se compararmos o que é a instrucção com o que ella deveria ser, não deixaremos de gemer sobre a sorte que ameaça as gerações presentes e futuras.

Portalis accrescentava : « Assim, toda a França está chamando a religião em socorro da moral e da sociedade ». A França, se quizer viver, deve, ainda hoje, chamar a religião em socorro da moral e da sociedade. Convençâmo-nos d'isto. Sem religião não ha moral, sem moral não ha sociedade. As moraes de hoje são, sob novos termos, a copia fiel das moraes do seculo XVIII e da Revolução ; não podem nem confortar o homem, nem amparal-o, nem

garantir á sociedade a paz, a ordem, a segurança, beneficios estes sem os quaes não ella pode substituir por longo tempo.

Lembre-mos sempre d'aquella preciosa confissão de Renan: — « Todo o paiz que, na obra do seu melhoramento moral, proceder sem o auxilio do christianismo, fracos terá os alicerces das suas instituições, embora pareçam as mais asseguradas e robustas ».

EMILIO HUON.

O problema escolar em Portugal¹

A REPARTIÇÃO PROPORCIONAL ESCOLAR

Nos dois primeiros estudos que fizemos, tractamos de expôr os principios indispensaveis á boa comprehensão d'estes assumptos, e assim procurámos estabelecer e definir em primeiro logar o imprescriptivel direito das familias á educação da creança, e em seguida delimitámos a esphera d'acção dos quatro poderes educadores — a Familia, a Egreja, a Escola e o Estado — demonstrando que a realisação normal d'essas espheras d'acção, o terreno em que esta opera, tem de ser o da concordia e da collaboraçoão mútuas. Terminámos synthetisando n'uma formula essa realisação normal: — para os filhos de christãos, a escola officialmente christã.

Desejavamos entrar immediatamente no estudo pratico dos varios systemas de organizar o ensino com plena liberdade para as creanças de todos. Impõe-se todavia que digamos mais algumas palavras, ainda no campo theorico da exposiçoão de principios, e acêrca d'uma das organisaçoões mais conformes com aquella liberdade, — acêrca da Repartiçoão Proporcional Escolar.

Reproduzirêmos aqui um trecho dum erudito auctor belga :

— « Não basta dar uma solução ao problema escolar; importa sobretudo que esta solução seja duradoira, isto é que ella não possa ser facilmente destruida por uma nova maioria, levada ao poder pelo capricho das eleições. Para isto, é primeiramente necessario que ella seja estabelecida sobre bases verdadeiramente *liberaes*, no bom sentido da palavra. Sem nos illudirmos acêrca da possibilidade de levar os partidos da esquerda a advogar uma solução qualquer, proposta pelo actual governo (o governo catholico), julgamos preciso procedêr de forma que a opposição, a apparecer, não possa encontrar um sério appoio na opinião publica, mas que, pelo contrario, esta preste homenagem á sinceridade e á lealdade da solução preconizada pela direita ». ¹

No campo do ensino, a consequencia quase fatal do doutrinarismo revolucionario que engrandeceu o Estado, em detrimento da liberdade dos cidadãos, tornando-o o *deus ex machina* de todo o corpo nacional, foi sem duvida alguma a destruição d'aquella acção concordante da Familia, da Igreja, da Escola e do proprio Estado. N'um dado momento, este ultimo arvorou-se em senhor absoluto de todos os outros e começou de dispor a seu talante da liberdade que lhes assistia. Successivamente, a familia foi desagregada e enfraquecida pelo divorcio, e aos paes, negada a tutoria natural dos seus filhos; a escola e o ensino tornáram-se méros serviços publicos, sujeitos por consequencia a todo o mecanismo das burocracias; á Igreja negaram-se todos os direitos, como a uma instituição deleteria, fomentadora da desordem e do erro. O Estado e só elle, appareceu na vida social regulando tudo, desde as questões do mais palpavel e geral interesse até ás que no fóro intimo dos cidadãos se debatiam.

Na concepção moderna, o Estado é neutro em materia religiosa e philosophica. Esta neutralidade é a logica conclusão do principio da liberdade de cultos e da não existencia de religião official. Este o facto positivo que temos de encarar reflectida e friamente. Ponderêmos no emtanto que é grave exagêro o affirmar-se que o Estado ignora as religiões. Tão pouco as desconhece que paga pensões ao clero, vigia e superintende na gestão dos

¹ *De l'égalité des écoles au point de vue des subsides des pouvoirs publics*, por Louis André, p. 6. Bruxelles.

seus bens temporaes, regulamenta os seus actos de culto, etc. Podemos pois, estabelecer como axioma que o Estado na sua concepção moderna, repetimos, não tem de tomar partido por este ou por aquelle systema philosophico, por esta ou por aquella religião, mas que elle deve a todos uma egual benevolencia excepto áquelles que ensinem doutrinas incompativeis com os principios fundamentaes sobre que assenta a sociedade humana. ¹

Sendo o Estado neutro, a escola official neutralisou-se tambem. Ora, esta neutralidade da escola teve duas consequencias immediatas:—Por um lado rompeu a *entente* entre a escola official e a familia, quando esta é christã, porque as lições do professor já não são o echo de pensamento paterno; por outro lado, implicou o desconhecimento dos direitos da Egreja sobre o ensino, porque o character simultaneamente laico e neutral d'este impêde a Egreja de exercer o seu direito de vigilancia sobre o ensino das disciplinas que teem estreita connexidade com a doutrina religiosa, como a moral e a historia. Facilmente se comprehende,

¹ Estes são os principios da neutralidade pura, tal como existe na Belgica, por exemplo. Em França e já no nosso paiz se manifesta uma outra theoria de neutralidade, de conclusões totalmente diversas, absolutamente contrarias. Vem a proposito citar com muita propriedade uma passagem de Lamarzelle no citado artigo do *Correspondant*, excellentemente corroborada na admiravel obra de Georges Goyau *L'École d'aujourd'hui* (1.º vol. 1.ª parte, *les origines religieuses de l'école laïque*). Eil-a: « Na sua obra, os laicisadores de hoje semelham em summa os protestantes que depois de haverem proclamado que a consciencia individual deve acceitar como dogmas sómente aquillo que lhes apraz, bem depressa constataram que não era impossivel a unidade (de crenças), julgando-a indispensavel, foram forçados a defender aquelle principio que é a base de todos os tractados d'Ausburgo: é a religião professada pelo principe que deve sêr a de todos os subditos. Eis o regime que os nossos actuaes senhores nos pretendem impor. Mas, apezar de tudo o que este principio tem d'aviltante para a consciencia humana, o Estado protestante declarava ao menos possuir uma verdade, um *Crêdo*; era tyrannico e odioso, mas tyrannisava em proveito d'uma verdade que elle proclamava posttiva. O Estado laico de hoje tyrannisa em proveito d'uma negação. Estes homens teem uma fé, mas uma fé sem *Crêdo*... Fora da realidade tangivel, fóra do que é demonstrado pela razão ou pelos factos e de tal maneira que todo o homem tenha de inclinar-se sobre pena de sêr justamente dado por demente, os *leigos* veem apenas a duvida e declaram que o Estado não deve professar senão a duvida. Mas, dir-se-ha, como podem elles então fallar da sua fé? Quem diz fé, diz necessariamente crença n'um ideal,

pois, como foi quebrada a acção concordante dos quatro poderes educadores, quando o Estado se proclamou neutral em materia de ensino.

Mas, além d'estas uma outra consequencia proveio directamente da neutralidade do Estado. Entendida segundo um criterio de justiça, esta neutralidade deveria collocar o Estado em plena imparcialidade. Não foi isto, porém, o que succedeu. Já mostramos quanto é illegitimo que o Estado ensine.

Quem observara a sua attitude em face do problema escolar, constata logo que a theoria dominante nos Estados modernos é a de que o Estado deve ministrar officialmente o ensino. Aproveitando esta theoria e levando-a aos mais absurdos extremos, os radicaes confiaram ao Estado a direcção moral da nação, e então a neutralidade que deveria ser apenas, como acima dizemos, um campo ou planta-forma de imparcialidade estricta, passou a constituir uma doutrina moral e philosophica, imposta coactivamente aos cerebros infantís, e a escola, que deveria ser apenas um laboratorio de sciencia, aberta a todos, passou a tornar-se um bastião de anticlericalismo official. Assim se explica a campanha liberticida dos governos maçonicos, pretendendo iustallar no paiz um só typo de escolas, as officiaes e negando a todos, as iniciativas privadas a liberdade de fundarem outras em que, além dos programas adoptados, se ministrem ás crianças os principios geraes e basilares da moral religiosa.

adhesão a uma verdade, indemonstrada, confiança n'uma verdade que se não palpa, que se não vê, mas que se procura e sêgue, sem a possuir ainda...

Pois bem, apesar de tudo isto, estes homens teem uma fé. Vêde-os, com effeito; não se entendem com certeza sobre nada de positivo; fallam de unidade moral a realizar no paiz; com razão se lhes responde que deviam começar por a realizar primeiro entre si mesmos! Estão profundamente divididos, é um facto patente e negavel. No entanto uma ideia lhes é commum a todos, basta fazê-la luzir deante de seus olhos para os unír intimamente, mesmo no momento em que pareciam entre-dilacerar-se. Esta ideia é o odio feroz ao catholicismo, é a vontade firme e persistente de o escorraçar de todas as almas. Eis a fé laica! A fé sem *Crêdo*, visto que é a fé n'uma pura negação! E é sobre esta fé que se quer fundar uma Igreja! Esta Igreja nem sequer tem o direito de se chamar uma Igreja por isso que na realidade ella é apenas uma contra-Igreja, uma contra-Igreja que deixaria d'existir no dia em que tivesse destruido a verdadeira Igreja!...

Ora, não se tracta de, na concepção moderna do Estado, negar-lhe o direito de estabelecer um ensino official, mas simplesmente de defender, ao lado d'este, a existencia d'um ensino livre: e assim como não admittimos que se ataque o ensino official só *porque elle é official*, tambem não podêmos consentir que se guerreie o ensino livre só *só porque elle é livre*, isto é, nos modernos systemas constitucionaes, os dois ensinos tem os seus logares marcados, e desde o momento em que coexistem sob a protecção das leis, manifesto é que não podem entrar em conflicto, antes se devem harmonisar para ambos concorrêrem para o bem geral da sociedade. O que é essencial, é que o ensino particular seja absolutamente livre, respeitando-se a vontade dos seus iniciadores, as suas crenças e as suas ideias.

E vamos a affirmar com Eugenio Duthoit que collocados frente a frente o ensino livre e o ensino official tal como elle é hoje entendido, só no ensino livre, e dentro d'este só na escola christã subsiste o precioso vestigio d'aquella antiga e ideal alliança dos poderes educadores. « Lá se realisa ainda, escreve elle ⁴, a *entente* dos paes, dos professores, da Egreja, e mesmo do Estado: a escola christã é o prolongamento da familia; a Egreja exerce os seus direitos sobre a escola; quanto ao Estado, elle não despreza os seus direitos ou antes os seus devêres de protecção e fiscalisação. No dia em que desaparecesse a liberdade da escola christã, ou em que a escola official e neutra gosasse d'um monopolio, que alguns reivindicam e preparam, n'esse dia acabaria a collaboraçoão e a

⁴ *La R. P. S. Action populaire*. Reims, p. 5.

Ao tempo da publicação d'este excellento livro, ainda se não haviam realisado as ameaças dos anticlericæes francezes. Ha mezes, porém, foi votado pela camara dos Deputados um projecto de lei, elaborado pelo maçon Dessôye, que reduz a um minimum insignificante as escolas livres e obriga, sob penas de prisão e multa, os paes a enviarem seus filhos ás escolas do governo, punindo egualmente aquelles que dissêrem mal d'ellas. E' o monopolio, declarado e infame, feito n'um proposito de guerra *à outrance* contra a Egreja. Buisson disse-o arrogantemente na tribuna: « Que lei queremos nós fazer? Fallemos francamente, sabeil'o todos, ninguem da direita ou da esquerda o negará, queremos fazer uma lei de defeza laica. Porquê de defeza? — Porque ella é atacada. — E por quem é ella atacada? — Pelos bispos e pelos padres!» E' de prevêr porém, que os governos recuarão ante a resistencia passiva dos paes de familias francezes.

harmonia dos poderes que teem por missão educar esta força tremenda: os homens d'amanhã.»

A escola livre tem seu fundamento legitimo n'um principio de justiça, qual o de que, sendo essencialmente a escola publica ou official, a obra perfeita e completa do partido que está no poder, os paes que não acceitam as ideias d'esse partido não podem sêr constrangidos a entregar-lhe seus filhos; e de que ao lado das escolas publicas, deve haver escolas privadas em que os paes possam encontrar o ensino que lhes convenha.

Logo que a Constituição d'um paiz consagra a existencia do ensino publico, implicitamente decidiu que esse ensino não seja reservado a uns e exceptuado a outros; e proclamando a liberdade de opinião reconhecem aos catholicos, como aos dissidentes, aos homens religiosos como aos livre-pensadores, o direito de julgárem da conveniencia das escolas sob o ponto de vista da educação moral e religiosa de seus filhos. Desde que assim é, ha que renunciar a vêr uma unica escola satisfazendo a todos, pois que a solução que se impõe é a criação de diversas escolas, de diferentes ideaes, mas todos igualmente dignos da solicitude dos poderes publicos.

Collocada a escola livre em face da escola official, vejamos, d'um modo geral, qual a melhor fôrma de ellas contribuirem para a destruição da ignorancia, sem prejuizo da liberdade de acção de qualquer d'ellas.

A melhor maneira de conquistarmos as liberdades que nos arrebataram, é servirmo-nos das liberdades que nos restam. Não curamos agora de expôr os systemas escolares dos diversos paizes, pois que este ponto forma outra parte d'este trabalho, mas de apreciar a situação de facto d'umas e d'outras escolas e procurar-lhes, como dissémos, a maior liberdade.

O facto mais saliente em materia de organização escolar, é a flagrante desigualdade em que se encontram as escolas livres perante as officias: e é esta desigualdade que é forçoso destruir para que sejam salvaguardados os direitos dos cidadãos e acabe por uma vez a estulta pretensão do Estado, de arvorar a escola official em typo unico de formação da consciencia e intelligencia infantis.

Indiquemos em primeiro logar os dois aspectos d'esta situação.

A desigualdade verifica-se, por um lado e em varias localida-

des, no prohibir-se o estabelecimento da escola livre ao passo que se protège a escola official. Já vimos que um tal regime offende directamente a justiça. O principio fundamental d'uma boa organização de ensino é o da liberdade de consciencia do individuo. O monopolio é essencialmente um absurdo; não resolve o problema, desloca-o. O direito de ensinar deve sêr reconhecido a todos os individuos indistinctivamente, e á fundação de escolas privadas ou livres não devem ser levantados os entraves das exigencias e dos formalismos d'uma administração hostile.

Por outro lado, essa desigualdade manifesta-se tambem no tratamento que o Estado dispensa ás escolas, consoante ellas são de iniciativa publica ou de iniciativa privada. Com effeito, a doutrina dominante é a de que só as escolas officiaes receberão subsídios do Estado. Se os catholicos quizerem escolas, que as paguem! — observam os defensores do ensino official. Mas esta observação sómente seria justa se ao Estado não competisse uma função reguladora da vida de toda a nação, e se os catholicos do paiz não fossem obrigados a concorrer por meio de contribuições, para o erario publico, como quaesquer cidadãos, e além d'isso a sustentarem á sua custa as escolas livres que fundárem.

Já demonstramos a legitimidade d'estas ultimas, que o ensino deve sêr uma função *privada*, e que o Estado apenas deve intervir para suscitar as iniciativas particulares ao estabelecimento d'escolas. N'estas condições, o Estado, não tem que distinguir entre escolas officiaes e não officiaes quando se trata de subvencionar o ensino. Umias e outras devem sêr tratadas no mesmo pé d'egualdade. E' uma monstruosidade forçar por exemplo, o catholico a pagar para uma escola que não usa, e a justiça distributiva exige que as subvenções escolares alimentadas com o dinheiro dos contribuintes, sejam equitativamente repartidas entre todos os estabelecimentos d'ensino.

E' conhecida a seguinte passagem de Faguet, ao referir-se a esse duplo pagamento pelos paes d'uma escola publica e de outra escola privada, quando apenas ás segundas enviam os seus filhos: « E' como se, de Paris a Bordéus, houvesse dois caminhos de ferro, um por Chartres, o outro por Orleans, explorados por duas companhias differentes, e eu tivesse o direito de me dirigir a Bordéus por Orleans, mas com a condição de pagar o meu logar não só á companhia de Orleans, mas tambem á companhia de Char-

tres. N'este caso, a companhia de Chartres não fazia outra coisa senão levantar sobre mim um imposto, sem razão nem direito al-guns. Mais do que um imposto: porque um imposto é uma remuneração concedida pelo Estado em troca de um serviço que eu presto; e no caso sujeito, a companhia de Chartres nenhum me prestava. O que ella levantaria, pois, sobre mim, seria, não um imposto, mas um tributo, como um vencedor impõe a um vencido a obrigação de lh'o pagar. E' exactamente o que faz o Estado, fazendo pagar os seus professores por pessoas que já teem outros. Taxa-as com uma contribuição de guerra. E' um pouco barbaro¹.

A injustiça é manifesta; e torna-se ainda mais sensível quando se trata de um pae que não tem recursos sufficientes para procurar a seu filho o ensino que lhe convem. De que se queixa esse pae de familia indigente, dizem os anti-clericaes, se o Estado põe á sua disposição uma escola gratuita? Mas é que esta escola não lhe convem; dizem-lhe que ella é nacional; elle não o acredita. Onde está a verdadeira liberdade — em respeitar a sua opinião, ou impôr-lhe a obrigação de enviar seus filhos a uma escola cujo ensino elle reputa maléfico á sua educação e á sua instrução?...

Eis como se apresenta o problema em toda a sua clareza. Resta agora resolvê-lo.

Quando se estuda e procura a egualdade das escolas catholicas e das escolas não catholicas perante os poderes publicos e sobretudo sob o ponto de vista dos subsidios do Estado, varias soluções se offerecem:

Querem uns que se confie aos municipios a adopção de uma ou muitas escolas livres ao lado da escola official, com a obrigação de o municipio subsidiar egualmente esta e as que necessarias forem aos paes de familia.

E' o que na Belgica e em França se chama o *systema do direito das communas*. Só uma escola publica existe, ou em caso de necessidade duas escolas, uma para a maioria outra para a minoria.

Advogam outros a egualdade absoluta das escolas, isto é, a obrigação, para os poderes publicos, de subsidiarem egualmente as escolas livres e as escolas officiaes. E' o *systema do direito das escolas*, segundo o qual todas as escolas são publicas.

¹ E. Fagnat, *le Liberalisme*, pag. 194 e 115.

Finalmente, outros reclamam uma *egualdade proporcional*, quer dizer, a obrigação de subsidiar as escolas em proporção ao numero de alumnos que as frequentem. E' o *systema do direito dos paes de familia*; os alumnos ou os paes é que teem direito aos subsidios dos poderes publicos, com plena liberdade na escolha da escola a que os queiram applicar.

Entregar ao municipio a adopção de uma ou mais escolas livres ao lado da official, com a obrigação de subsidiar e provêr á subsistencia de todas ellas, não resolve o problema. Aceite embora o principio da autonomia municipal, elle não obsta a que dentro d'esta pequena circumscripção se agitem, talvez até com maior virulencia, as disputas que aparcellam, n'estes assumptos de organização do ensino, a vida do Estado. A experiencia está feita na Belgica, e não deu os resultados apetecidos. A nosso vêr, este systema apenas pode ser defendido como um mal menor, ou como uma realisação immediata e provisoria. E' preciso que procuremos uma situação mais firme, menos aberta ás intrusões do Estado, um criterio fundamentalmente estavel ao qual a liberdade do pae e do alumno — porque é d'elles e só d'elles que se trata — saia inteiramente garantida.

Quasi o mesmo diremos do systema que substitue o *direito das escolas ao direito dos municipios*, apesar de elle constituir já um passo consideravel para a verdadeira situação. Attende-se unicamente aos serviços prestados pelas escolas officiaes e pelas escolas livres; estes serviços, dizem, são iguaes; portanto igual para todas deve ser a remuneração. Este criterio, porém, não é exacto. Os serviços prestados poderão ser iguaes *em qualidade*, mas não *em quantidade*. Demais, aquillo que está em debate, é simplesmente a igualdade dos paes de familia. Deixando sempre ao municipio ou ao Estado a liberdade de adopção d'uma ou de muitas escolas livres, nós recahimos no arbitrio dos poderes publicos. Todas estas difficuldades, e outras ainda que aqui não podemos indicar, foram vistas na Belgica — o campo d'experiencias da Europa, como lhe chamou um auctor, — e a maioria do professorado, apoz uma curta transição¹, abandonou o systema igua-

¹ Esta transição, foi o preconizador do systema o primeiro a invocal-a. «A solução está em obrigar a communa a subvencionar a escola adoptada (a escola livre) em proporção do numero de alumnos... e isto por meio d'uma

litario, passando a defender o principio proporcionalista. Ao direito dos municipios, ao direito das escolas sobreleva o direito do pae de familia e o direito do alumno. E' preciso que claramente se comprehenda que o subsidio é dado não á escola nem á auctoridade administrativa, mas ao pae de familia, como representante e tutor natural de seus filhos para que d'elle livremente se utilize, conforme as ideias que defender e as crenças que professar.

Reclame-se em primeiro logar a separação das escolas do Estado, em seguida a *liberdade subsidiada*, e para que esta se effective completamente, reivindique-se a proporcionalidade escolar porque a liberdade do pae de familia não estará verdadeiramente garantida senão quando o Estado subvencionar todas as escolas sem distincção, e em proporção ao numero dos seus alumnos.

Póde mesmo afirmar-se que a escola não será verdadeiramente livre, fóra do regime da proporcionalidade escolar.

Como já mostramos, é altamente injusto obrigar a um duplo imposto o pae de familia que, como contribuinte, paga a escola publica, e como particular a escola privada, á qual envia seus filhos. E além d'isto, é impossivel exercer a desejada liberdade desde que falem recursos sufficientes para a fundação d'uma escola livre. O Estado tem o direito de exigir a cada cidadão um minimo de instrucção, mas deve facilitar-lhes o cumprimento d'este dever; e competindo-lhe abrir uma escola onde a iniciativa privada o não haja feito, logico é que elle forneça elementos de subsistencia não só ás escolas que abriu, e que entregará áquella iniciativa apenas ella se tenha revelado, mas tambem ás escolas que esta haja fundado sem a sua intervenção propulsora.

A proporcionalidade escolar tem um triplice aspecto, subordi-

capitação restricta». Mas, dentro em pouco um outro escriptor affirmava: «Muito secundariamente nos preocupamos aqui como interesse das escolas em si mesmas; temos unicamente em vista o interesse dos paes de familia e não pensamos senão em lhes assegurar o direito de escolherem para os seus filhos a escola de que precisam. Não é a igualdade das escolas que está em jogo, é a igualdade dos paes de familia. Porventura, só o pae de familia rico, deve gosar a sua liberdade? Que meio mais efficaz do que a livre escolha da escola, para fazer nascer entre os varios estabelecimentos de ensino não uma concorrência esteril, mas uma bella emulação, essa fonte poderosa de todos os progressos!»

nado ao criterio essencial da igualdade das escolas publicas e das escolas privadas, em face dos subsidios do Estado.

No tocante a assegurar a frequencia da escola, o Estado ou as autarchias locais devem usar de todos os meios adequados a esse fim (distribuição de vestuario, alimentos e pensões ás creanças necessitadas, por exemplo) observando a maior igualdade entre todas as creanças indigentes.

Quando se emprehender a fundação d'uma escola, devem os orçamentos publicos secundar a iniciativa privada, participando nas despesas, muitas vezes consideraveis, da construção dos edificios escolares.

Não termina aqui, porém, a intervenção necessaria do Estado; subvencionar a construção da escola não basta, é preciso prover ás despesas da conservação dos edificios, á estipendição dos serviços do professorado, e estabelecer um regime de pensões de reforma para os professores.

Emfim, para ser completa, a organização proporcional cujas linhas culminantes vimos traçando, deve comportar os dois corollarios seguintes: — a liberdade de os funcionarios publicos enviarem seus filhos á escola por elles escolhida, sem qualquer represalia da parte dos governos, — e, como diz um escriptor francez, um direito igual de accesso a todas as funcções publicas para os alumnos de todas as escolas sem outra consideração do que a do merito pessoal.

«Ha, porventura, necessidade de mostrar a justiça d'estes dois principios? — pergunta o mesmo auctor. Quem ousaria affirmar que elles são hoje estrictamente respeitadas e que, ainda que o não sejam, não deixará de vigorar uma plena liberdade de ensino? Defendo a liberdade do pobre; é preciso defender tambem a do funcionario que fornece ao Estado o trabalho de que elle carece, mas que deve ser tão livre como os ministros de que depende, de fazer educar os seus filhos nas escolas christãs, se isto for do seu agiado. Quanto aos alumnos das escolas christãs, muitas vezes lhes fecharam certas carreiras só porque elles não saham da escola laica. E' preciso que esta injustiça deixe de existir¹».

Surge agora a tão debatida questão da escola gratuita. Mui-

¹ Robert Flacque, *la Repartition proportionnelle scolaire*.

tas e muitas vezes tem sido levantada a gratuidade da escola como uma arma de ataque contra as escolas privadas, mórmente contra as catholicas. Tornando o ensino official gratuito, os legisladores pretendem sempre collocar a escola livre na necessidade de gratuitamente o fornecer tambem, e como aquelle ensino é subsidiado pelo Estado, ao passo que esta escola livre vive do sustento pecuniario dos seus fundadores e mantenedores, o ensino gratuito privado só poderia conservar-se em condições materiaes lamentavelmente ruinosas.

E' muito difficil o determinar definitivamente se o ensino deve ou não ser gratuito.

Allegam os partidarios da gratuidade: 1.º — que é de todo o ponto conveniente acabar com as distincções entre alumnos que pagam e alumnos que não pagam; 2.º — que sendo o ensino primario constituido por um conjuncto de conhecimentos elementares indispensaveis a cada um, deve ser ministrado a expensas de todos, isto é, pago pelo orçamento dos contribuintes; 3.º — que não seria admissivel nem viavel a obrigatoriedade do ensino, se ella implicasse encargos para as familias dos alumnos.

Ora, na verdade, estas razões não são absolutamente convincentes. A primeira funda-se n'uma errada comprehensão da egualdade humana e das situações sociaes, porquanto, se os paes que não podem pagar a seus filhos o beneficio da instrucção, que a lei torna obrigatorio, devem ser dispensados de qualquer retribuição, nada obstando até que por meio de caixas escolares se venha em auxilio da sua insufficiencia de meios, — áquelles que podem pagar a seus filhos aquelle beneficio, a retribuição do ensino tem a vantagem de tornal-os mais conscientes dos seus deveres paternaes e de afervorar aos filhos a gratidão para com os seus progenitores.

A' segunda razão allegada pode objectar-se que os conhecimentos do ensino primario não são o unico bem indispensavel ao cidadão e que por consequencia não ha fundamento para, mais do que a qualquer outro bem, fazel-o pagar pela bolsa commum ¹.

Finalmente, a terceira allegação não parece indestructivel, antes baseada n'um sophisma, porque ha obrigações que implicam

¹ *Castelein, Droit naturel*, p. 719 e seg.

e arrastam a despezas, e algumas consistem quasi exclusivamente em imposições pecuniarias.

Por outro lado, se a retribuição escolar alliviará sensivelmente o orçamento, tambem é certo que ella nunca podia deixar de ser minima, para ser geral o mais possível, e n'estas condições seria sempre insufficiente para o pagamento das despezas escolares de cada alumno.

Vê-se, pois, que não é facil resolver absolutamente o problema, e nós opinamos antes que o conjuncto das circumstancias sócias melhor servirá de criterio á sua solução.

Procuremos agora qual a base da repartição proporcional escolar.

Ao determinarmos qual o *systema* que melhor garantia a egualdade das escolas publicas e das escolas privadas perante os subsidios do Estado, tomamos conhecimento com variadas soluções, cuja successiva improficuidade nos levaram a affirmar a necessidade da proporcionalidade. Tratamos agora de saber qual a base, a medida reguladora dos subsidios a prestar pelo Estado, em regra de proporção ás escolas officiaes e ás escolas privadas.

Uma das opiniões mais em voga é a de que se deve tomar como medida commum as necessidades da escola. Mas os inconvenientes são palpaveis: a escola que mais necessitasse de subsidios era aquella que menos os receberia dos fundadores, porque estes bem depressa considerariam que escusado era tomarem sobre si o encargo de as sustentar, visto como o Estado lá estava para substituir as generosidades particulares; e assim, o Estado ficaria sempre senhor dos destinos da escola e a educação e instrução á mercê das suas subvenções. Por consequencia, este *systema* custaria ao Estado enormes sommas e não realizaria a egualdade que é objectivo da proporcionalidade escolar.

O criterio mais firme para assegurar a egualdades das escolas é sem duvida o numero de alumnos:—ao mesmo numero de alumnos, n'uma mesma categoria, corresponderá uma mesma contribuição orçamental.

Tem duas vantagens incontestaveis esta repartição mathematica:—em primeiro logar foge e salva-se de todo o arbitrio, e dá logar a calculos de extrema simplicidade; em segundo logar mantem continuamente uma frequencia assidua de alumnos nas escolas.

Eis as linhas geraes da reforma salutar que preconisamos, intitulada Repartição proporcional escolar. Estudaremos os detalhes da sua organização quando, em subseqüentes numeros, tractarmos propriamente das suas realisações praticas.

A certos radicaes applicou um dia Julio Simon a seguinte phrase: — « Quem tem a verdade por seu lado pede para fallar, quem a tem contra si exige que os outros se callem. » São assim os adversarios da Repartição proporcional escolar.

Todas as suas objecções se resumem n'uma phrase de terror: — Na pratica, a repartição proporcional escolar entregará a escola á Igreja!...

Aos seus receios, porém, devemos todos responder como respondeu Deherme a certos criticos: — Se a liberdade só á Igreja permite que se organize e fortifique, é porque Ella é uma verdade social; e se nas mesmas condições o livre pensamento se julga impotente para o fazer, revela apenas que é um erro monstruoso...

FRANCISCO VELLOSO.

Chronica do movimento social

França. — A chamada assistencia social continua a servir aos governos da republica franceza para fazer obra de sectarismo. Tornando obrigatorias em cada communa as *Caixas Escolares*, a Camara dos deputados ignora completamente as escolas livres. Sob pretexto de assistencia ás crianças pobres, procura-se diminuir a frequencia das escolas não officiais, onde o ensino é livre do sectarismo anti-catholico que domina nas escolas publicas. E tão longe vai a preocupação do governo, relativamente á obra sectaria que se propõe realisar, que os proprios Prefeitos lhe não merecem confiança para a nomeação dos professores, faculdade que lhes pertencia pela lei de 30 d'outubro de 1886, e que agora lhes é retirada.

Resta saber se o Senado perfilhará a orientação da Camara dos deputados.

*

Dois deputados catholicos, M. de Gaillard Bancel e M. Jean Lerolle, discutiram com grande largueza de vistas e conhecimento do assumpto a *lei das aposentações operarias*, affirmando que ella precisa de ser inteiramente refundida. Tal como foi votada, continuará a ser impraticavel, e por isso mesmo inutil.

A experiencia mostrou já que ella não se accomoda aos meios rurais. É preciso dar-lhe bons profissionais e attender ás condições de cada região.

*

Foi tambem muito discutida, ainda que sem resultado, a mutualidade agricola, e apresentado um projecto de lei tendente a reprimir a ruptura abusiva do contracto de trabalho.

*

As leis fiscaes que annunciava o ex-ministro Caillaux, provocaram em todo o paiz uma forte opposição. Adoptá-las equivaleria a introduzir a inquisição, o arbitrio e o vexame sobre o commercio, a industria e a agricultura, emfim, sobre todos aquelles que possuissem um capital, embora modesto.

O proprio Comité Mascuraud, que representa na politica franceza uma especie de delegação das lojas maçonicas, e cujas ligações com o grupo radical são conhecidas, manifestou-se contra o projecto dos novos impostos, na parte em que exigia a declaração dos rendimentos. Dois mil e seis centos syndicatos agricolas, com as suas tres mil e duzentas mutualidades, pronunciaram-se tambem contra os novos impostos sobre o rendimento, protestando quanto á declaração do rendimento, quer obrigatoria quer facultativa.

O escandalo Rochette, de que resultou o assassinato do director do *Figaro*, inutilizou o ministro que no mesmo escandalo appareceu envolvido, e sobre cuja cabeça já pesavam enormes responsabilidades quanto á cedencia do Congo á Allemanha.

Caillaux politicamente deve ter liquidado.

Allemanha. — A morte do Cardeal Kopp, príncipe-arcebispo de Breslau, é incontestavelmente o acontecimento mais importante, sob o ponto de vista social catholico, occorrido ultimamente na Allemanha.

O illustre arcebispo andou intimamente ligado á vida politica e social dos catholicos do seu paiz e soube imprimir-lhe uma direcção que faz honra á sua intelligencia e ao seu senso pratico.

Filho de um modesto tecelão, Jorge Kopp nasceu n'uma pequena cidade do Hanovre em 1837. Findos os seus estudos secundarios, esteve dois annos como empregado do telegrapho. Entrou em seguida para o Seminario da sua diocese, e aos 25 annos ordenou-se de presbytero. Quando surgiram as luctas do Kulturkampf, soffreu varias condemnações por infração ás odiosas *leis de maio*. Ao lado de Windthorst, Jorge Kopp trabalhou na organisação do Centro Catholico. Em 1881 elle administrava não só a sua diocese de Fulda, mas ainda mais tres dioceses que se encontravam vagas. Data d'essa epoca a sua carreira diplomatica. Soube arrancar ao chanceller Bismarck as liberdades da Igreja e impôr-lhe a revogação das *leis de maio*. O imperador fê-lo membro do Conselho d'Estado, restabeleceram-se as relações entre a Igreja e o Estado, e o Cardeal tornou-se o intermediario entre a Santa Sé e o imperador. Mandado por Leão XIII para a importantissima diocese de Breslau, Jorge Kopp construiu 650 igrejas, fundou diversos conventos, congregações, grandes e pequenos seminarios. A convite do Imperador Guilherme, que muito o admirava, tomou parte na Conferencia Internacional de Berlim. O imperador tinha por elle mais do que admiração, verdadeira amizade. Por occasião das manobras militares na fronteira, hospedava-se no paço episcopal, e os regimentos da guarda iam desfilar deante dos balcões da residencia do arcebispo, saudando ao mesmo tempo o mais alto representante da Igreja na Allemanha e o mais alto representante do Estado.

Foi a pedido de Guilherme II que Leão XIII lhe conferiu o titulo de Cardeal de Santa Ignez.

Quando da proposta de lei de expropriação contra os polacos, Jorge Kopp pronunciou na Camara um discurso defendendo-os, e combatendo energicamente tão deshumana medida.

Na questão dos syndicatos interconfessionais sustentou a orientação rigorosamente catholica. Durante 52 annos da sua vida

sacerdotal prestou relevantísimos serviços á Igreja Catholica e ao seu paiz. E' uma grande figura de bispo que desaparece da Allemanha.

Belgica. — Annuncia-se para o proximo mez de julho o 3.º Congresso Syndical Christão, que se reunirá na cidade de Gand. A data do congresso deve coincidir com a celebração do decimo anniversario da fundação do Secretariado Geral das Uniões Profissionais da Belgica, actualmente dirigido pelo Padre Rutten.

Merece especial menção o criterio de ampla liberdade com que o partido catholico, ha trinta annos no poder, resolveu a questão escolar. A escolha dos professores fica dependente das familias, cujos filhos frequentam as escolas, e o estado subvenciona todas as escolas, independentemente da sua confessionalidade e proporcionalmente ao numero de alumnos que as frequentam. Apesar de reconhecer a mais ampla liberdade e de se inspirar nos principios da mais equitativa justiça, esta lei tem sido ferozmente combatida por socialistas e liberaes.

Entretanto o governo catholico prosegue sem receios na sua obra, tendo a consciencia de que corresponde ás aspirações do paiz e promove a sua prosperidade.

Para o mez de setembro annunciam-se já *Semanas Sociais* em Louvain e Fayt.

Inglaterra. — Ha quem formule graves conjecturas sobre o futuro do Reino-Unido. O governo de Asquith e Loyd Georges, com as suas tendencias democratico-socialistas, prepara á Inglaterra dias muito incertos. Já no Congresso de Glasgow, celebrado em janeiro passado, o partido do trabalho procurou chamar a si os diversos agrupamentos socialistas que, quando fundidos n'um só partido, decidiriam talvez dos destinos politicos e economicos da nação ingleza.

O mal estar das classes operarias agrava-se continuamente. As greves multiplicam-se. Quasi todas tem por origem a exigen-

cia de augmento de salarios. A maior parte d'ellas foram desastrosas para os que as promoveram, mas os desastres não resolvem o conflicto que persiste latente.

A questão da autonomia da Irlanda, intransigentemente combatida pelos protestantes de Ulster, que ameaçam pegar em armas e declarar a guerra civil, se aos catholicos fôr concedida a liberdade a que teem direito e pela qual andam pugnando ha tantos annos, veio revelar um mal profundo, que até agora se desconhecia, existente na sociedade ingleza. Como é sabido muitos officiaes declararam que não pegariam em armas contra os protestantes de Ulster, se o governo, concedendo a autonomia á Irlanda, pretendesse submeter pelo força os revoltosos. Não consta que esses officiaes fossem admittidos nem castigados. E no entretanto a sua attitude importa uma exauctoração da politica e da auctoridade do poder executivo.

Italia. — Merece especial registo a attitude dos catholicos e dos socialistas, relativamente a um projecto de lei que tornava obrigatoria a celebração do casamento civil antes do religioso.

Os liberaes pretendiam que se prohibisse aos ministros do culto que celebrassem o casamento religioso sem que os nubentes apresentassem o certificado de registo civil, e isto sob pena de multa applicavel tanto aos ministros do culto como aos nubentes.

O Conde de la Torre, presidente da União Popular Catholica, promoveu uma serie de reuniões de protesto nas principais cidades italianas e escreveu ás direções diocesanas para que proseguissem na campanha. O conde Medolago Albani, presidente da União Economico-Social, escreveu no mesmo sentido a todas as agremiações adherentes, e o projecto foi retirado.

Por sua vez os socialistas tambem se manifestaram contra elle, apresentando um outro projecto que era bastante accetavel. Vê-se que os catholicos italianos vão comprehendendo como se exerce a acção social por meio da acção politica.

Suissa. — O Grande conselho do Cantão de Lucerna votou em novembro passado uma lei estabelecendo o descanço dominical. No dia 1 de março foi chamado o corpo eleitoral a pronunciar-se sobre a acceitação d'esse projecto de lei. Segundo esse projecto, são considerados dias de descanço todos os domingos, o dia de festa

do padroeiro de cada parochia e os dias de Anno Novo, Sexta-feira Santa, Ascensão, Corpo de Deus, Assumpção, Todos os Santos, Immaculada Conceição e Natal. A lista dos dias de descanço, tal como tinha sido proposta, foi approvada sem opposição. Uma outra parte do projecto, que mandava fechar inclusivamente os cafés e as hospedarias durante a celebração da missa principal, foi muito discutida e atacada, por se dizer que feria grandes interesses. Comtudo o *referendum* popular approvou-a por maioria de cerca de dois mil votos.

Hespanha.—As ultimas eleições de deputados, que foram re-nhídisimas, dando origem a graves conflictos n'algumas localidades, marcam um consideravel triumpho dos monarchicos. Os republicanos viram diminuida a sua votação e a sua representação parlamentar, perdendo em varios circulos. Não se pense porém, que a situação politica de Hespanha é desafogada.

Ha uma crise latente, muito mais grave do que geralmente se imagina. Os grandes partidos conservador e liberal perderam a sua unidade, e acham-se scindidos em grupos rivais. O rei tenta fazer uma politica de equilibrio, imaginando attrahir com concessões certos elementos republicanos. Parece-nos todavia que se engana nos seus calculos. O afastamento de Maura constitue, a nosso ver, um formidavel erro politico.

A acção dos catholicos já se fez sentir n'estas eleições, apparecendo alguns candidatos que como catholicos unicamente se apresentaram. Bem precisam de se ir preparando para a lucta, porque, mais cedo ou mais tarde, ella chegará. A experiencia da França e de Portugal deve servir-lhes de lição.

Portugal.—Reuniu ultimamente em Coimbra a Comissão executiva da Federação das Agremiações da Juventude Catholica Portuguesa, resolvendo que o Congresso annual da Federação se realisasse no Porto nos dias 2 e 3 de maio do anno corrente.

Aqui archivamos o programma dos trabalhos pela mesma commissão elaborado.

2.º Congresso da Federação da Juventude Catholica Portuguesa

No Porto, e nos dias 2 e 3 de maio de 1914

I. O Congresso terá como fim quasi exclusivo o esclarecimento das conclusões do Congresso de Coimbra.

II. Secretaria do Congresso: tres membros que, no dia 2 de maio, serão os respectivos secretarios das 3 secções do Congresso, podendo no emtanto, para melhor funcionamento dos trabalhos n'estas secções aggregar a si em cada uma d'ellas um 2.º secretario; organisação de um cadastro geral das associações installadas no paiz, indicando— a) corpos gerentes; b) numero de socios; c) obras sociaes annexas; d) a existencia ou não existencia de C. de E.; e) topicos dos trabalhos realizados desde o ultimo Congresso da F. J. C. P. em Coimbra.

III. O Congresso terá tres secções:

Secção de propaganda e Acção Publica.—Relator—presidente: Dr. João Francisco Cavaco.

Assumptos principaes a versar: Nucleos de J. C. em cada lyceu, collegio e escola normal do Paiz. Regime legal das associações. Revisão das bases da Federação, sobretudo no respeitante aos Estatutos das Associações, procurando-lhes dar uma certa harmonia.

A esta secção concorrerão os directores da F., os presidentes das associações da J. C. P. por si ou por representantes idoneos, e os Assistentes Ecclesiasticos junto d'ellas.

Secção de Circulos de Estudos.—Relator—presidente: Dr. José d'Almeida Correia.

Assumptos principaes a versar: Necessidade dos C. de E.; como se organisam e como funcionam.

—A esta secção concorrerão delegados dos Circulos existentes e das associações que os não possuem á data do Congresso (1 delegado por cada C. E. ou por cada Associação).

Secção de Beneficencia e Piedade.—Relator—presidente: Dr. Clemente de Ramos.

Assumptos principaes a versar:

Beneficencia—As Conferencias de S. Vicente de Paulo e as corporações de beneficencia portuguesa: sua necessidade.

Piedade—Fomentação do espirito christão sempre dentro das organisações hierarquicas catholicas.

A esta secção concorrerão delegados da Commissão Central das Conferencias de S. Vicente de Paula do Norte e das associações de J. C. P.

IV. Os trabalhos do Congresso serão distribuidos da maneira seguinte:

No dia 2—de manhã: trabalhos por secções; de tarde reunião das secções para votarem as conclusões.

N. B. A' reunião de todos os delegados das J. C. ás respectivas secções, na tarde do dia 2, compete tambem tratar de todos os assumptos referentes á Federação como transmissão de poderes, etc. N'ella residirá a soberania do Congresso.

No dia 3—de manhã, um acto de fé solemne, com assistencia da maior representação das associações.

De tarde, sessão solemne de propaganda.

N'este dia, as associações do Paiz e sobretudo as do Norte, deverão enviar ao Congresso o maior numero dos seus socios.

Muito ha a esperar dos trabalhos do Congresso. Além do cadastro geral das agremiações, que ali deve de ser elaborado, dar-se-ha uma maior unidade de votos e de orientação ás agremiações existentes e promover-se-ha a criação de agremiações novas nas terras onde se encontrem alguns elmentos.

Fóra do campo da juventude catholica, nenhuma obra temos a registar, a não ser alguns trabalhos preparatorios para a *União Catholica* nas dioceses da Guarda e de Portalegre e os trabalhos da *Liga Eleitoral Catholica do Porto*, cujo exemplo merece ser imitado.

JOSÉ D'ALMEIDA CORREIA,

Bacharel em theologia.

CHRONICA DO MEZ

Prorogou-se a sessão legislativa, que deveria encerrar-se em 12 de abril, por não estarem votadas algumas das medidas fundamentaes, prescritas e exigidas pela Constituição.

Quer dizer: a chusma dos legisladores fabrica-os pelo Directorio, vae discutir agora, precipitada e atabalhoadamente, á *vol d'oiseau*, como dizia a fallecida princeza Ratazzi, pegando delicadamente no *lorgnon*, aquelles problemas que são a base do regimen e, em parte, a sua estrutura juridica.

Melhor: pretendem fazer em poucos dias o que não souberam ou não poderem manipular em longos mezes de vistoso e divertido palratório.

E assim, o regimen que devera ser essencialmente de uma incontaminada pureza na marcha intemerata e progressiva do seu destino, vae calcuando os vicios, os defeitos tão implacavelmente condemnados, aggravando-os com incrível e deslavada audacia, n'uma apostasia ignobil.

Trabalhou-se ao acaso, sem ordem, sem methodo, subordinando tudo ás conveniencias particulares, aos estreitos interesses dos conventiculos.

D'ahi a esterelidade parlamentar e a banca-rôta do regimen, a fallencia fraudulenta dos elixires apregoa-os nas apostrophes incendiarias dos comicos, com fartos applausos estipendia-os a pataco.

Predominou a conveniencia dos partidos sobre os interesses da nação.

E, sob este criterio mesquinho, obtuso, se veio arrastando a actual legislatura, entrecortada de comicos ridiculos e de episodios grotescos, como os que assignalaram o mez e deram ao parlamento o curioso aspecto de uma viella de Alfama.

— E' o mais miseravel *apache* da Republica, gritou João de Freitas dirigindo-se ao *leader* democratico, formidavel de audacia e de colera, frente a frente de uma maioria turbulenta e *systematicamente* aggressiva.

Então o tumulto estalla, cruzam-se os apartes, erguem-se braços ameaçadores, ha esgares de *clowns* nas bancadas irrequietas da maioria, da qual se destaca um grupo commandado por um deputado que faz gala da sua força, disposto a castigar alli mesmo o destemido senador, para cujas accusações concretas só tem havido até agora, duas palavras: Doido! Rilhafoles

Sereno, calmo, imperturbavel, elle en ara altivo, o grupo raivoso, ameaçador e hostil, leva a mão ao bolso da pistola, grita que não avancam e n'um momento, elles param, estarecidos, tremelicantes, gelados de susto, escoados de apavorado receio.

E' perfeito Pouson com remendos de entremez.

A maioria abandona a sala; João de Freitas fica de pé clamando que só sahirá pela força, e fica para manter intactas as suas apostrophes violentas.

Elle é a audacia que não transige, a energia que não cede, a voz que lembra um clarim de guerra — guerra sem treguas a tudo o que fór vaidade estulta, corrupto nepotismo ou atrevida mediocridade.

Depois, o caso do jesuita Pestana, levado ao parlamento, não é de molde a fazer rir o mais funebre e sorumbatico misantropo?

— A opinião publica alarma-se: o sr. presidente do conselho está atraçoando a Republica, levando-a por caminhos intransitaveis aos precipicios fatais...

Gautella! Os lobos espreitam os povoados! S. Bento, o alfôbre em que se occulta a fina flor do intellectualismo nacional, dignificou-se honrando os sentimentos liberaes maguados e offendidos. Lá dentro extrangulou-se a hidra clerical renascida das proprias lendas, como a Fenix da Fabula...

Tal o estylo, a preciosa linguagem que n'aquella tarde fez as delicias dos *habitués* do parlamento.

Mas tudo isto porque? Porque um jesuita enfermo quiz vir convalescer junto de sua familia.

Mero pretexto afinal para mais uma exhibição de pelintra e desvairados fetiches da Internacional, á luz vermelha e ondante dos archotes.

Mesmo nas coisas serias, este parlamento é comicamente ridiculo.

A questão duriense, eterna e fatal, voltou de novo á tona parlamentar e d'esta vez reforçada com argumentos novinhos em folha, espiçando argucia e talento.

Em verdade, a crise economica do Douro é sobremaneira inquietante e quem houver de a resolver tem de encarar o problema em todos os seus aspectos, olha-lo por todos os prismas, mira-lo na sua vasta complexidade.

A natureza do solo não comporta alli certas culturas que bem se adoptam no sul; a emigração tem levado os braços mais robustos e accusa nos ultimos annos uma cifra assustadora que tende a augmentar n'uma progressão crescente; toda a actividade economica d'aquellas terras escaldantes soffre, em todas as suas ramificações, dos horrores da crise e do desprezo maximo dos poderes publicos.

Resolver-se ha o problema dando a maxima amplitude e garantia aos productos genuinamente durienses, ou concedendo-lhe mesmo o fabrico exclusivo dos vinhos licorosos?

Se com isso se salva tão vasta e outr'ora tão rica região, não se hesite um momento; mas causas multiplas e de diversa origem enre-

dam e cumplicam a resolução do problema e o entusiasmo grotesco de certos defensores do Douro é que mais tem comprometido e dificultado o exito das suas reclamações angustiosas e profundamente justas.

Ainda agora, em pleno parlamento, um senador, *filho das montanhas*, tirou da sua carteira um pão negro de cevada, o pão amargo do Douro, confrontando-o com dois pães dos que se dão aos penitenciários, para d'ahi concluir... que a situação do Douro é má!...

Tambem na Beira Alta ha fome e, aberto o precedente, qualquer deputado por alli, quando lhe dêr na gana democratica, lançar-se-ha na defeza dos povos que o elegeram, empunhando — *ultima ratio* — o tradicional prato das papas de milho!!!

Bem grita João de Menezes que esta republica falliu... e com tão conspicuas columnas, que afloraram no pandemonium da politica, falliu esta republica, a desejada, que, para manter-se, tem sido sectaria e violenta e, para salvar um pouco a honra, só tem aberto o caminho do suicidio.

... O suicidio! Vejo-os d'aqui, pobres creanças, inertes, sangrentos destroços que d'alli levaram para as mezas nuas das autopsias, carnes rasgadas á curiosidade investigadora e maliciosa dos estudantes.

Mocidades em flor, mas sem a fé e a nobre coragem dos fortes que ao leito nupcial preferiram, n'uma hora de allucinada febre, de fraqueza e de desgraça, o seio da terra barrenta e gorda do cemiterio, pasto de vermes, no silencio funebre das campas, indifferentes ás luctas dos homens sem belleza e sem amor, á agonia intensa da vida moderna, tumultuaria e confusa, aggressiva e tragediante!

Longe, as fabricas chamavam para a faina de todos os dias as raparigas dos bairros pobres que por alli passavam, embrulhadas no chale, devagarinho, não fossem accorda-los ainda, mazua-los talvez, n'aquelle idilio da morte a que não faltaram ramos de flores que lhes traziam e deixavam com devoção, as moças dos sitios que bem comprehendiam a perturbante grandeza d'aquelle drama, a sinceridade viva d'aquelle amor!

Pobres creanças...

JOÃO DE CASTRO,
Advogado.

Benemerita iniciativa

LIVRARIÁ RELIGIOSÁ

Não é segredo para ninguem que uma tempestade medonha paira sobre nós. Uma tremenda revolução se vem effectuando nos espiritos. A patria portugueza, tradicionalmente conservadora, de indole pacifica e moderada, respeitadora de tudo quanto no passado a tornou grande e honrada, temida e gloriosa, confrange-se hoje entre horrores e incertezas.

Por toda a parte ruge o rumor revolucionario com a impetuosidade dos grandes tufões e com a violencia das explosões vulcanicas. Deus é banido da Escola, excluido da moral e repellido da vida social. O atheismo, que ao proprio Voltaire inspirava horror, marcha para nós com todo o seu cortejo de desvarios.

Em toda a nossa vida social ha symptomas d'um mal profundo e grave que urge conjurar.

Os erros mais crassos e nefastos inçam todas as manifestações intellectuaes como as ervas damninhas um bom terreno.

A arte já não é o culto sincero do bello e a sua manifestação mais digna, mas a photographia de todas as torpezas ao serviço de todas as paixões.

O jornalismo está-se convertendo n'um vasadouro publico de escandalos e immundicies sociaes, hasta publica de reputações alheias á mercê de quem mais dá e escandalosa fabrica da *opinião que se publica* a preço de todos os erros e mentiras.

O theatro é o volutabro do prazer onde os paes vão ensinar publicamente ás filhas o impudor que em casa tão cautamente lhes escondem.

A litteratura não é o campo das luctas nobres em que se devem affirmar as competencias, mas o pretexto para jactos de fel ou para sementeira de principios dissolventes.

A politica não é a arte de bem governar os povos, mas o pretexto e o meio de dar satisfação a ambições desenfreadas e menos justas tantas vezes — para o que todos os meios servem chegando-se até ao cumulo de fazer distincção entre moral publica e moral privada, nunca se julgando o *homem* ferido com as maximas injurias e as maiores accusações irrogadas ao *politico*!

Esta sociedade, cancerosa e pôdre, desvairada e anarchisada, surda a todas as verdades, cega a toda a evidencia, sem ideal e sem nobreza, ameaça tocar immediatamente « uma d'essas crises assanhadas, minacissimas, que ou arrastam a imbecilidade dos povos como em Bysancio ou desentranham a invasão dos barbaros como em Roma. » E tudo isto porquê? Pela falta de ideaes levantados, pela falta de caracteres diamantinos, pela falta de crenças extremadas. Vae faltando a Fé e por isso vamos resvalando para um insondavel abysmo. O homem, sobretudo o proletario, tendo por unico companheiro na vida o soffrimento, vae perdendo a crença religiosa, deixando-se seduzir pelos que lhe pregam a revolução social e lhe promettem um utópico e impossivel paraizo terreal, uma felicidade que jámais poderá ser conseguida n'este mundo sublunar tão cheio de miserias, miserias que nunca deixarão de existir. *Homo natus de muliere, brevi vivens tempore, repletus multis miseriis.*

Mas estas verdades já não basta dizer-las nos templos que o proletariado das cidades desertou. E' necessario prova-las no livro, é necessario demonstra-las em publicações accessiveis ás bolsas mais magras para se conjurar o perigo que nos ameaça, porque ninguem sabe até onde podem ir, na sua desvairada illusão, as immensas legiões de trabalhadores que suppõem falsa, injusta e até criminosa a actual organização social.

O proletario, não ha nega-lo, está escravizado aos males existentes sobre a terra, a maior parte dos quaes,

ao contrario do que dizem certos *meneurs*, nunca desaparecerá.

O proletario vive exclusivamente do seu trabalho e morreria se não agenciasse dia a dia a sua subsistencia mourejando de sol a sol.

« Os homens das classes inferiores, escreveu-o Leão XIII, estão em toda a parte n'uma situação d'infortunio e de miseria immerecida. »

Esta situação impele-os para a revolta, desde que ideaes nobres os não levem a conquistarem por meios menos violentos a maior somma possivel de bem estar.

« A paz dos povos, disse Paul Albert, é a liberdade, é a justiça e o amôr », sentimentos estes que o mundo só conheceu verdadeiramente depois que no Golgotha Christo os escreveu no coração humano com o seu proprio sangue.

« A terra, escreveu Lamennais, é uma grande colmeia, e os homens são como as abelhas. Cada abelha tem direito á porção de mel necessario á sua subsistencia, e se entre os homens houver quem careça do necessario, é porque a justiça e a caridade desappareceram do meio d'elles. A justiça é a vida e a caridade é tambem a vida, uma vida mais dôce e mais abundante. » Ora justiça e caridade são filhas dilectas do « Martyr do Golgotha », das doutrinas suavissimas e eternas, que elle evangelisou ha tantos seculos e que constituem — ainda hoje — no dizer do actual presidente do governo portuguez « o codigo da mais pura moral que se conhece », a unica base para a sociedade progredir e não retrogradar para a « epocha das cavernas », o unico freio que pôde impedir que o povo, conhecendo-se senhor de toda a força, se lance nos excessos demagogicos e anarchicos que estrangulam a liberdade, a civilisação, o progresso e as proprios nacionalidades.

Concorrer, pois, para a divulgação das doutrinas religiosas é um serviço prestado á sociedade e á patria, serviço que merece o applauso e incitamento de todos os homens de bem, sensatos e desapaixonados, que sabem que o povo, na condição miseranda em que se encontra,

não topando n'esta vida senão contrariedades, privações, luctas asperas e atrozes soffrimentos, precisa, para que tudo quanto chamamos «conquistas modernas» se não afunde n'um mar de sangue, precisa, repito, d'um ideal superior, d'uma crença confortadora que o alente, que o conserve no caminho da honra, que o afaste do abysmo do desespero que é a antecamara da revolta ou do suicidio. Esse ideal, só pôde sêr o religioso; essa crença, só pôde sêr a religiosa.

Merece, pois, o applauso, o incitamento e o decidido apoio de todos os catholicos e de quantos prezam o bem social e o bem da patria a iniciativa da *Companhia Portugueza Editora* que montou no Porto uma livraria exclusivamente destinada á venda e editoração d'obras religiosas, de absoluta orthodoxia e de reconhecida e comprovada necessidade no campo catholico.

Taes obras serão, como já o é esta revista, orientadas pelas maiores competencias e sumidades do campo catholico e sempre approvadas pela auctoridade ecclesiastica. Os beneficios e o alcance que d'aqui resultam são incalculaveis e estamos certos de que nenhum catholico deixará, sobretudo n'esta hora, de prestar o seu valioso concurso á *Secção Religiosa* da Companhia Portugueza Editora, agora installada na rua da Fabrica n.º 13, onde os sacerdotes da provincia encontrarão sempre um empregado prompto a fornecer-lhes quaesquer indicações de que careçam e a tratar-lhes, n'esta cidade, de quaesquer negocios.

Quando a impiedade, empunhando o camartelo demolidor, arremete em furia contra os principios religiosos, tudo sofismando e deturpando; quando as coisas mais santas são áchincalhadas; quando a religião é considerada como um entrave para a marcha ascencional do progresso; quando se pretende levar o paiz a fechar a sua historia para elle não saber que foi na fé religiosa que os nossos antepassados beberam o alento para *novos mundos ao mundo irem mostrando*, parece-nos que nenhum catholico poderá deixar de coadjuvar por todas as formas ao seu alcance aquelles que, nobremente, corajosamente, se pro-

põem opôr um dique á onda anti-christã que tão encarniçadamente se pretende fazer alastrar.

N'outros tempos bastava a pregação para alimentar o fogo sagrado da fé. Hoje isso é pouco, e tão pouco que um grande espirito catholico, demonstrando a necessidade de meios mais efficazes e mais em harmonia com a epocha actual — ou sejam o livro, a revista e o jornal — disse que S. Paulo, se vivesse hoje, combativo como era, ter-se-hia feito jornalista e escriptor. A imprensa é a grande, a invencivel força do presente. Demais, como todos sabem, é do livro, é da publicação que o sectarismo anti-religioso se serve para combater a Egreja. Do livro e da publicação se devem servir tambem os catholicos para demonstrarem a sua razão de crêr e a nulla consistencia dos argumentos de que os adversarios lançam mão para destruir o grande edificio que, sustentado ás vezes por columnas de peor cêrne, tem afrontado o perpassar demolidor dos seculos e desafiado as maiores procelas.

Os nossos catholicos nunca ligaram grande attenção a este assumpto capital, mas agora soffrem as consequencias, e bem duras por signal, da sua negligencia. Os jornaes que n'outros tempos se inculcavam catholicos, puzeram sempre a politica acima da religião, não servindo assim uma nem outra. Ora deste mal não estão nem serão jámais inquinadas as edições da *Secção Religiosa* da *Companhia Portugueza Editora* que, tanto na *Lusitania*, que tão bom acolhimento tem tido, como em todas as obras de caracter religioso, escrupulisa em se manter na atmospheria serena dos principios não arrastando para a discussão pessoas nem se envolvendo em questiunculas politicas acima das quaes devem estar sempre as ideias.

E escripto isto, que a justiça não permittia calassemos, só nos resta felicitar a *Companhia Portugueza Editora* e felicitar os catholicos: — a primeira por se haver abalançado a uma empreza de reconhecida utilidade, mas que ninguem se havia atrevido a tentar até ao presente; os segundos por terem no Porto, na rua da Fabrica, n.º 13, uma livraria exclusivamente catholica que só

vende livros religiosos, de piedade e apologetica, livraria onde uma senhora e um sacerdote pôdem estar á vontade sem receio do risinho voltaireano — hoje tanto em moda.

S.

BIBLIOGRAFIA

« A morte do mau ladrão », por Gomes Leal.

Gomes Leal, o genial poeta que, depois d'uma longa vida fóra da Fé que sua mãe lhe ministrara com o leite, ha pouco tão ruidosamente se converteu ao catholicismo, acaba de nos offerecer o seu ultimo trabalho que é mais uma pedra preciosa a engastar na sua corôa de artista de genio. Intitula-se *A morte do mau ladrão* e retrata com ironia caustica algumas das personagens que se agitam no pobrissimo tablado da politica portugueza. Desejariamos transcrever alguns dos mais escaldantes versos, mas não o podemos fazer por serem demasiado transparentes as allusões, limitando-nos portanto ao final da *Viagem á Roda de um coração* — alusiva ao martyrio da sr.^a D. Maria Pia:

.....

« Dizem que estavas louca e falavas sosinha.
 Sim louca de soffrer, sim louca de chorar!...
 Ai! antes fôsses tu ó misera e mesquinha!
 Sem esposo, sem filho, e sem patria, sem lar,
 Em vez de mãe sem filho, e sem c'rôa rainha,
 Ai! antes fôsses tu — uma chã pastorinha
 Mulher de um pescador sobre o Tibre a cantar!... »

Admiravel! Mas... mas... este homem que tem scentelhas de genio, que é, afoitamente o dizemos, o maior poeta de seu tempo, já tem tido fome!

E' que este paiz, que endeusa a mediocridade, calca aos pés os seus grandes homens como essa estranha Ophelia do *Hamlet* pisava as flôres da tua corôa. Causa vergonha pensa-lo, causa vergonha escreve-lo, mas é a verdade.

D. Pedro da Costa (Villa Franca). — *Quadro biographico*, por Thomaz de Gambôa Bandeira de Mello: — Editores: Almeida & Miranda.

Está na memoria de todos ainda o ataque a Chaves pelos revolucionarios monarchicos, acção esta que custou a vida a Pedro Villa Franca, que n'uma tarde ardente de julho, succumbia victima da sua dedicação pela causa a que se devotara d'alma e coração.

Villa Franca bateu-se corajosa, denodada, heroicamente mesmo, mostrando assim que ainda se não acabou aquella raça de portuguezes de um só pensar, uma só crença, uma só Fé que em eras ditosas e longinquas e em feitos como os de Ourique, Aljubarrota, Montijo e Montes-Claros tanto enobreceram e tão alto levantaram o nome deste pequeno rincão do occidente.

E Bandeira de Mello publicando a biografia de tão destemido como infeliz moço prestou um assinalado serviço á sociedade d'hoje, á qual muito importa conhecer a vida d'aquelles que, como Pedro Villa Franca, pôdem ser para todos espelho de nobreza, de honra, de brio, de character, de dignidade e pundonor, qualidades quasi abliteradas nesta hora triste de decadencia em que fallecem convicções e brios.

Aos editores o nosso agradecimento pelo amavel offerecimento do magnifico opusculo.

Os meus cadernos, por Mariôtte.

A mesma casa editora acaba de nos mandar tambem o n.º 16 de *Os meus cadernos*, de Mariôtte, que tão ruidoso

so successo tem produzido no nosso meio intellectual tão pouco habituado a trabalhos conscienciosos.

O summario d'este numero é o seguinte :

A religião da Revolução. Michelet seu cantor. O que é a historia de Michelet. Juizo de Proudhon sobre o pandemonio historico do fanatico. Os obreiros da religião revolucionaria apreciados por Rouan. Pigmeus e scelerados. Juizo dos Goncourt sobre a Revolução. O banditismo «glorioso» da tomada da Bastilha. O oiro inglés alimentando a orgia revolucionaria. Os santos da nova religião, assassinos e ladrões. A supposta tyrania do antigo regimen. A grande ignominia assacada a Maria Antonieta. O direito da propriedade dos camponeses do antigo regimen. A instrucção popular antes e depois da Revolução. Os idolas em cacos.

A' roda de Portugal, por José Agostinho.

Este infatigavel e operoso escriptor acaba de publicar mais um volume em que a terra de Portugal com tudo quanto a torna linda e encantadora, monumentos, paisagens, glorias, heroes e tradições resplandece em cada pagina.

Outras obras

No proximo numero occupar-nos-hemos das seguintes obras que temos sobre a banca de trabalho :

«**Os meus segredos para agradar e ser amada**» e a «**Mulher na familia**», pela Baroneza de Staffe.

Colecção «Sciencia e Religião». — LXXXV vol. — *O Poente da Vida* por Vasconcellos Veiga.

Liv. Tequi de Paris.

— *Le Père Graty* por L'abbé Jean Vaudon.

— *Jesus vivant dans le prêtre*. — R. P. Millet.

— *La langue des femmes*. — Mgr. J. Tissier.

— *La predication populaire*. — Abbé J. Pailler.

— *Lettres pastorales*. — Mgr. L'Evêque de Nimes.

PEQUENO CEREMONIAL

DA

SEMANA SANTA

OU

MEMORIALE RITUUM BENTO XIII

Com auctorisação ecclesiastica

PELO

Padre Luiz Alberto Cid

Este livro contem as ceremonias e orações liturgicas das seis funcções principaes do anno — Benção das Candeias — Benção de Cinzas — Benção de Ramos — Quinta, Sexta e Sabbado da **Semana Santa**. Estas seis funcções e portanto a Semana Santa, são **obrigatorias** em todas as freguesias, por pobres que sejam e são feitas **só** com **o Parocho**, assistido por tres Accolytos, (**peessoas leigas**), devidamente exercitados. Eis a utilidade e importancia d'este livro.

A' VENDA

Companhia Portugueza Editora

Rua do Almada, 123 — PORTO

Encader. 400 reis

A Entrevista

Sem santo nem senha

por JOAQUIM LEITÃO

Publicação semanal de 16 paginas de texto e uma pagina em papel « couché » com o retrato do entrevistado. Occupa-se exclusivamente de assumptos portuguezes

PREÇO

Portugal	Numero avulso	60 reis
	Por assignatura, pagamento voluntario e adiantado.	serie de 10 numeros . 600 » serie de 5 numeros . 300 »

- França e paizes da União Postal, 50 centimos.

Brazil (moeda portugueza) 100 reis.

Todos os pedidos de assignaturas devem ser acompanhados das respectivas importancias.

NUMEROS PUBLICADOS:

I. Entrevista com João d'Azevedo Coutinho — II. com D. Eugenio Montero Rios — III. com o snr. Conde de Mangualde — IV. com o Ministro do Mexico em Paris — V. com o Dr. Cunha e Costa — VI. com Ferreira de Mesquita, ajudante do Conde de Mangualde — VII. com o Padre Domingos — VIII. com a Snr.^a Marqueza de Rio Maior — IX. com o Snr. Conselheiro José d'Azevedo Castello Branco — X. com o Padre Amadeu de Vasconcellos (Mariotte) — XI. Exposição da Doutrina Monarchica — XII. com Joaquim Oeiras — XIII. com o Capitão André Avelino d'Oliveira Reis — XIV. com o Dr. Luiz Telles de Vasconcellos — XV. com José de Faria Machado, Secretario da Legação de Sua Magestade Fidelissima — XVI. com o Tenente Saturio Pires — XVII. com o Conselheiro Ayres d'Ornellas, Capitão do Estado Maior — XVIII. com o Padre Caetano dos Santos Bastos Anão, Antigo Capellão de Lanceiros d'El-Rei — XIX. com o Conselheiro José Luciano de Castro.

Todos os pedidos d'« A ENTREVISTA » devem ser dirigidos:

PORTO — Mario Antunes Leitão, Rua da Cancellia Velha, 70-1.º

LISBOA — Agencia d'« A Entrevista », Largo de S. Paulo, 7-1.º

EXTRANGEIRO — Joaquim Leitão, 4, Rue Faustin-Hélie — Passy — PARIS.